

# PREGÃO ELETRÔNICO

90012/2025

## CONTRATANTE (UASG)

Universidade Federal de Alagoas (153037)

## OBJETO

Contratação de serviços de locação de veículos, através de Pregão de Sistema de Registro de Preços (SRP).

## VALOR TOTAL DA CONTRATAÇÃO

R\$ 9.235.926,48

## DATA DA SESSÃO PÚBLICA

Dia 25/05/2026 às 08h (horário de Brasília)

## CRITÉRIO DE JULGAMENTO:

menor preço por item

## MODO DE DISPUTA:

Aberto e Fechado

## PREFERÊNCIA ME/EPP/EQUIPARADAS

SIM



|  |    |
|--|----|
| 1. DO OBJETO   | 3  |
| 2. DO REGISTRO DE PREÇOS   | 3  |
| 3. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO  | 3  |
| 4. ORÇAMENTO ESTIMADO SIGILOSO   | 5  |
| 5. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO               | 5  |
| 6. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA  | 8  |
| 7. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES | 10 |
| 8. DA FASE DE JULGAMENTO   | 14 |
| 9. DA FASE DE HABILITAÇÃO  | 17 |
| 10. DO TERMO DE CONTRATO   | 19 |
| 11. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS   | 20 |
| 12. DA FORMAÇÃO DO CADASTRO DE RESERVA                                       | 21 |
| 13. DOS RECURSOS   | 21 |
| 14. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES                                  | 22 |
| 15. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO                    | 24 |
| 16. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS   | 25 |

**PREGÃO ELETRÔNICO**  
**UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS**

**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90012/2025**  
**Processo Administrativo nº 23065.019575/2025-11**

Torna-se público, para conhecimento dos interessados, que o(a) UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS, CNPJ 24.464.109/0001-48, por meio do(a) GERÊNCIA DE CONTRATAÇÕES E AQUISIÇÕES, sediado(a) LOURIVAL MELO MOTA, SN, CAMPUS A.C. SIMOES, bairro TABULEIRO DO MARTINS, na cidade de MACEIO/AL, CEP 57072900, realizará licitação, para registro de preços, na modalidade Pregão Eletrônico, na forma Eletrônica, com critério de julgamento Menor Preço, Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, do Decreto nº 11.462, de 31 de março de 2023, e demais legislação aplicável e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital.

**Data da Sessão Pública: 25/05/2026**

**Hora Inicial : 08:00**

## **1. DO OBJETO**

1.1. O objeto da presente licitação é Contratação de serviços de locação de veículos, através de Pregão de Sistema de Registro de Preços (SRP). conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.

1.2. A licitação será dividida em 14 (catorze) itens, conforme tabela constante do Termo de Referência/Projeto Básico, facultando-se ao licitante a participação em quantos itens forem de seu interesse.

## **2. DO REGISTRO DE PREÇOS**

2.1. As regras referentes aos órgãos gerenciador e participantes, bem como a eventuais adesões são as que constam da minuta de Ata de Registro de Preços.

## **3. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO**

3.1. Poderão participar deste certame os interessados cujo ramo de atividade seja compatível com o objeto da licitação e que estiverem previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF e no Sistema de Compras do Governo Federal ([www.gov.br/compras](http://www.gov.br/compras)).

3.2. Os interessados deverão atender às condições exigidas no cadastramento no Sicafe até o terceiro dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas.

3.3. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluindo a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

3.4. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

3.5. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

3.6. Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, para as sociedades cooperativas mencionadas no art. 16 da Lei nº 14.133, de 2021, para o agricultor familiar, o produtor rural pessoa física e para o microempreendedor individual - MEI, nos limites previstos da Lei Complementar nº 123 de 2006.

3.7. Não poderão disputar esta licitação:

3.7.1. aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

3.7.2. sociedade que desempenhe atividade incompatível com o objeto da licitação;

3.7.3. empresas estrangeiras que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;

3.7.4. autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;

3.7.5. empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

3.7.6. pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

3.7.7. aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

3.7.8. empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

3.7.9. pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

3.7.10. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;

3.7.11. pessoas físicas;

3.8. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021.

3.9. O impedimento de que trata o item 3.7.6 será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.



3.10. A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os itens 3.7.4 e 3.7.5 poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.

3.11. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

3.12. O disposto nos itens 3.7.4 e 3.7.5 não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.

3.13. Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da Lei nº 14.133, de 2021.

3.14. A vedação de que trata o item 3.8 estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

#### **4. ORÇAMENTO ESTIMADO SIGILOSO**

4.1. O orçamento estimado da presente contratação não será de caráter sigiloso.

#### **5. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO**

5.1. Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento.

5.2. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

5.3. No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:

5.3.1. está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

5.3.2. não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;

5.3.3. não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

5.3.4. cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

3.15. O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021.

5.4. O licitante deverá declarar em campo próprio do sistema se o produto ou serviço ofertado é manufaturado nacional beneficiado por um dos critérios de margem de preferência indicados no Termo de Referência, quando for o caso, para usufruir do benefício.

5.5. O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei nº 14.133, de 2021.

5.5.1. no item exclusivo para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame, para aquele item;

5.5.2. nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa.

5.6. Não poderá se beneficiar do tratamento jurídico diferenciado estabelecido nos arts. 42 a 49 da Lei Complementar nº 123, de 2006, a pessoa jurídica:

5.6.1. de cujo capital participe outra pessoa jurídica;

5.6.2. que seja filial, sucursal, agência ou representação, no País, de pessoa jurídica com sede no exterior;

5.6.3. de cujo capital participe pessoa física que seja inscrita como empresário ou seja sócia de outra empresa que receba tratamento jurídico diferenciado nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei;

5.6.4. cujo titular ou sócio participe com mais de 10% (dez por cento) do capital de outra empresa não beneficiada pela Lei Complementar nº 123, de 2006, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei;

5.6.5. cujo sócio ou titular seja administrador ou equiparado de outra pessoa jurídica com fins lucrativos, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei;

5.6.6. constituída sob a forma de cooperativas, salvo as de consumo;

5.6.7. que participe do capital de outra pessoa jurídica;

5.6.8. que exerça atividade de banco comercial, de investimentos e de desenvolvimento, de caixa econômica, de sociedade de crédito, financiamento e investimento ou de crédito imobiliário, de corretora ou de distribuidora de títulos, valores mobiliários e câmbio, de empresa de arrendamento mercantil, de seguros privados e de capitalização ou de previdência complementar;

5.6.9. resultante ou remanescente de cisão ou qualquer outra forma de desmembramento de pessoa jurídica que tenha ocorrido em um dos 5 (cinco) anos-calendário anteriores;

5.6.10. constituída sob a forma de sociedade por ações.

5.6.11. cujos titulares ou sócios guardem, cumulativamente, com o contratante do serviço, relação de pessoalidade, subordinação e habitualidade.

5.7. O licitante deverá declarar em campo próprio do sistema que desenvolve programa de integridade, nos termos do Decreto nº 12.304, de 2024, e da Portaria Normativa SE/CGU nº 226, de 9 de setembro

de 2025, para fazer jus ao benefício do critério de desempate previsto no art. 60, caput, inciso IV, da lei n. 14.133, de 2021.

5.8. A falsidade da declaração de que trata os itens 5.3, 5.5 ou 5.7 sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e neste Edital.

5.9. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou, na hipótese de a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

5.10. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.

5.11. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.

5.12. Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo ou o seu percentual de desconto máximo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:

5.12.1. a aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e

5.12.2. os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo, caso estabelecido, e o intervalo de que trata o subitem acima.

5.13. O valor final mínimo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema.

5.14. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado na forma do item 5.12 possuirá caráter sigiloso para os demais fornecedores e para o órgão ou entidade promotora da licitação, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.

5.15. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

5.16. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

## 6. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

6.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

item.

6.1.1. Valor expresso em Reais (R\$).

| Seq | Item/Grupo | Periodicidade | Marca       | Fabricante  |
|-----|------------|---------------|-------------|-------------|
| 1   | 1          | Anual         | Não Exigido | Não Exigido |

|    |    |          |             |             |
|----|----|----------|-------------|-------------|
| 2  | 2  | Anual    | Não Exigido | Não Exigido |
| 3  | 3  | Anual    | Não Exigido | Não Exigido |
| 4  | 4  | Anual    | Não Exigido | Não Exigido |
| 5  | 5  | Anual    | Não Exigido | Não Exigido |
| 6  | 6  | Anual    | Não Exigido | Não Exigido |
| 7  | 7  | Anual    | Não Exigido | Não Exigido |
| 8  | 8  | Anual    | Não Exigido | Não Exigido |
| 9  | 9  | Unitário | Não Exigido | Não Exigido |
| 10 | 10 | Unitário | Não Exigido | Não Exigido |
| 11 | 11 | Unitário | Não Exigido | Não Exigido |
| 12 | 12 | Unitário | Não Exigido | Não Exigido |
| 13 | 13 | Unitário | Não Exigido | Não Exigido |
| 14 | 14 | Unitário | Não Exigido | Não Exigido |

6.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.

6.2.1. O licitante não poderá oferecer proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto para contratação.

6.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

6.4. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

6.5. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.

6.5.1. No regime de incidência não-cumulativa de PIS e COFINS, a cotação adequada será a que corresponde à média das alíquotas efetivamente recolhidas pela empresa, comprovada, a qualquer tempo, por documentos de Escrituração Fiscal Digital da Contribuição (EFD-Contribuições) para o PIS/PASEP e COFINS dos últimos 12 (doze) meses anteriores à apresentação da proposta, ou por outro meio hábil.

6.6. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

6.7. Na presente licitação, a Microempresa e a Empresa de Pequeno Porte poderão se beneficiar do regime de tributação pelo Simples Nacional.

6.8. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência/Projeto Básico, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

6.9. O prazo de validade da proposta não será inferior a 60 (sessenta) dias, a contar da data de sua apresentação.

6.10. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas federais, quando participarem de licitações públicas;

6.11. Os licitantes devem respeitar os preços máximos previstos no Termo de Referência/Projeto Básico;

6.12. O descumprimento das regras supramencionadas pode ensejar a responsabilização pelo Tribunal de Contas da União e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do art. 71, inciso IX, da Constituição; ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

## 7. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

7.1. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

7.2. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação, quando for o caso, anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

7.3. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.

7.4. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

7.5. O lance deverá ser ofertado pelo valor unitário do item

7.6. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

7.7. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

7.8. O intervalo mínimo de diferença de valor entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de

| Seq | Item/Grupo | Intervalo Mínimo (em %) |
|-----|------------|-------------------------|
| 1   | 1          | 0,01 %                  |

|    |    |        |
|----|----|--------|
| 2  | 2  | 0,01 % |
| 3  | 3  | 0,01 % |
| 4  | 4  | 0,01 % |
| 5  | 5  | 0,01 % |
| 6  | 6  | 0,01 % |
| 7  | 7  | 0,01 % |
| 8  | 8  | 0,01 % |
| 9  | 9  | 0,01 % |
| 10 | 10 | 0,01 % |
| 11 | 11 | 0,01 % |
| 12 | 12 | 0,01 % |
| 13 | 13 | 0,01 % |
| 14 | 14 | 0,01 % |

7.9. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexequível.

7.10. O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa aberto e fechado.

7.11. No modo de disputa “aberto e fechado”, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com lance final e fechado.

7.11.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração inicial de quinze minutos. Após esse prazo, o sistema encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances, após o que transcorrerá o período de até dez minutos, aleatoriamente determinado, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.

7.11.2. Encerrado o prazo previsto no subitem anterior, o sistema abrirá oportunidade para que o autor da oferta de valor mais baixo e os das ofertas com preços até 10% (dez por cento) superiores àquela possam ofertar um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

7.11.3. Caso o item em disputa envolva objeto abrangido por margem de preferência, o percentual referido na disposição anterior será de 20%, nos termos do § 6º do artigo 24 da IN SEGES/ME nº 73, de 2022, incluído pela IN SEGES/MGI nº 79, de 12 de setembro de 2024.

7.11.4. No procedimento de que trata o subitem supra, o licitante poderá optar por manter o seu último lance da etapa aberta, ou por ofertar melhor lance.

7.11.5. Não havendo pelo menos três ofertas nas condições definidas neste item, poderão os autores dos melhores lances subsequentes, na ordem de classificação, até o máximo de três, oferecer um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

7.12. Após o término dos prazos estabelecidos nos subitens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.

7.13. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

7.14. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

7.15. No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão Eletrônico, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

7.16. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o Pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

7.17. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

7.18. Ao final da fase de lances, será aplicado o benefício da margem de preferência, nos termos do art. 26 da Lei 14133/21.

7.18.1. Para produtos ou serviços abrangidos por margem de preferência normal ou adicional, caso a proposta de menor preço não tenha por objeto produto ou serviço contemplado pela referida margem, o sistema automaticamente indicará as propostas de produtos ou serviços que façam jus ao diferencial de preço, pela ordem de classificação, para fins de aceitação pelo Pregoeiro.

7.18.2. Nestas situações, a proposta beneficiada pela aplicação da margem de preferência normal ou adicional, conforme o caso, tornar-se-á a proposta classificada em primeiro lugar.

7.19. Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial, caso a contratação não se enquadre nas vedações dos §§1º e 2º do art. 4º da Lei nº 14.133, de 2021. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, regulamentada pelo Decreto nº 8.538, de 2015.

7.19.1. Quando houver propostas beneficiadas com as margens de preferência, apenas poderão se valer do critério de desempate previsto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que também fizerem jus às margens de preferência (art. 5º, §9º, I, do Decreto n.º 8538, de 2015).

7.19.2. O parâmetro para o empate ficto, nesse caso, consistirá no preço ofertado pela fornecedora classificada em primeiro lugar em razão da aplicação da margem de preferência.

7.19.3. Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

7.19.4. A licitante mais bem classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

7.19.5. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

7.19.6. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

7.19.7. A obtenção do benefício a que se refere o item anterior fica limitada às microempresas e às empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.

7.20. Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada.

7.21. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021, nesta ordem:

7.21.1. disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

7.21.2. avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;

7.21.3. desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, nos termos do Decreto nº 11.430, de 2023, e da Instrução Normativa SEGES/MGI nº 382, de 17 de setembro de 2025;

7.21.4. desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme Decreto nº 12.304, de 2024, e Portaria Normativa SE/CGU nº 226, de 9 de setembro de 2025.

7.22. Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

7.22.1. empresas estabelecidas no território do Estado ou do Distrito Federal do órgão ou entidade da Administração Pública estadual ou distrital licitante ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade de Município, no território do Estado em que este se localize;

7.22.2. empresas brasileiras;

7.22.3. empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

7.22.4. empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009.



7.23. Esgotados todos os demais critérios de desempate previstos em lei, a escolha do licitante vencedor ocorrerá por sorteio, em ato público, para o qual todos os licitantes serão convocados, vedado qualquer outro processo.

7.24. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo definido para a contratação, o Pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

7.24.1. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.

7.24.2. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

7.24.3. O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.

7.24.4. O Pregoeiro solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de 2 (duas) horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

7.24.5. É facultado ao Pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

7.25. Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

## 8. DA FASE DE JULGAMENTO

8.1. Encerrada a etapa de negociação, o Pregoeiro verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei nº 14.133, de 2021, legislação correlata e no item 3.7 do edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

8.1.1. SICAF;

8.1.2. Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS;

8.1.3. Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP e

8.1.4. Lista de licitantes inidôneos, mantida pelo Tribunal de Contas da União.

8.2. A consulta aos cadastros será realizada no nome e no CNPJ da empresa licitante.

8.2.1. A consulta no CEIS quanto às sanções previstas na Lei nº 8.429, de 1992, também ocorrerá no nome e no CPF do sócio majoritário da empresa licitante, se houver, por força do art. 12 da citada lei.

8.3. Para a consulta de licitantes pessoa jurídica poderá haver a substituição das consultas ao CEIS, CNEP e Lista de licitantes inidôneos pela Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica do TCU.

8.4. Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o Pregoeiro diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

8.4.1. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.

8.4.2. O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação.

8.4.3. Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.

8.5. Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/EPPs ou tenha se valido da aplicação da margem de preferência, o Pregoeiro verificará se o licitante faz jus ao benefício aplicado.

8.5.1. Caso o licitante não venha a comprovar o atendimento dos requisitos para fazer jus ao benefício da margem de preferência, as propostas serão reclassificadas, para fins de nova aplicação da margem de preferência.

8.6. Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o Pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto no artigo 29 a 35 da IN SEGES nº 73, de 30 de setembro de 2022.

8.7. Será desclassificada a proposta vencedora que:

8.7.1. contiver vícios insanáveis;

8.7.2. não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência/Projeto Básico;

8.7.3. apresentar preços inexequíveis ou permanecer acima do preço máximo definido para a contratação;

8.7.4. não tiver sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

8.7.5. não cumpra os critérios de aceitabilidade de preços definidos no Termo de Referência.

8.7.6. apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.

8.8. No caso de bens e serviços em geral, é indício de inexequibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.

8.9. A inexequibilidade, na hipótese de que trata o item anterior, só será considerada após diligência do Pregoeiro, que comprove:

8.9.1. que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e

8.9.2. inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

8.10. Em contratação de obras e serviços de engenharia, além das disposições acima, a análise de exequibilidade e sobrepreço considerará o seguinte:

8.10.1. Nos regimes de execução por tarefa, empreitada por preço global ou empreitada integral, contratação semi-integrada ou contratação integrada, a caracterização do sobrepreço se dará pela superação do valor global estimado;

8.10.2. No regime de empreitada por preço unitário, a caracterização do sobrepreço se dará pela superação do valor global estimado.

8.10.3. No caso de obras e serviços de engenharia, serão consideradas inexequíveis as propostas cujos valores forem inferiores a 75% (setenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração, independentemente do regime de execução.

8.11. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.

8.12. Caso o custo global estimado do objeto licitado tenha sido decomposto em seus respectivos custos unitários por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços elaborada pela Administração, o licitante classificado em primeiro lugar será convocado para apresentar Planilha por ele elaborada, com os respectivos valores adequados ao valor final da sua proposta, sob pena de não aceitação da proposta.

8.12.1. Em se tratando de serviços de engenharia, o licitante vencedor será convocado a apresentar à Administração, por meio eletrônico, as planilhas com indicação dos quantitativos e dos custos unitários, seguindo o modelo elaborado pela Administração, bem como com detalhamento das Bonificações e Despesas Indiretas (BDI) e dos Encargos Sociais (ES), com os respectivos valores adequados ao valor final da proposta vencedora, admitida a utilização dos preços unitários, no caso de empreitada por preço global, empreitada integral, contratação semiintegrada e contratação integrada, exclusivamente para eventuais adequações indispensáveis no cronograma físico-financeiro e para balizar excepcional aditamento posterior do contrato.

8.12.2. Caso a produtividade seja diferente daquela utilizada pela Administração como referência, ou não estiver contida na faixa referencial de produtividade, mas admitida pelo ato convocatório, o licitante deverá apresentar a respectiva comprovação de exequibilidade;

8.12.3. Os licitantes poderão apresentar produtividades diferenciadas daquela estabelecida pela Administração como referência, desde que não alterem o objeto da contratação, não contrariem dispositivos legais vigentes e, caso não estejam contidas nas faixas referenciais de produtividade, comprovem a exequibilidade da proposta.

8.12.4. Para efeito do subitem anterior, admite-se a adequação técnica da metodologia empregada pela contratada, visando assegurar a execução do objeto, desde que mantidas as condições para a justa remuneração do serviço.

8.13. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo Pregoeiro, desde que não haja majoração do preço e que se comprove que este é o bastante para arcar com todos os custos da contratação;

8.13.1. O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;

8.13.2. Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.

8.14. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.

8.15. Caso o Termo de Referência exija a apresentação de carta de solidariedade emitida pelo fabricante, que assegure a execução do contrato, no caso de licitante revendedor ou distribuidor, o licitante classificado em primeiro lugar deverá apresentá-la, sob pena de não aceitação da proposta.

8.16. Caso o Termo de Referência/Projeto Básico exija a apresentação de amostra, o licitante classificado em primeiro lugar deverá apresentá-la, conforme disciplinado no Termo de Referência, sob pena de não aceitação da proposta.

8.17. Por meio de mensagem no sistema, será divulgado o local e horário de realização do procedimento para a avaliação das amostras, cuja presença será facultada a todos os interessados, incluindo os demais licitantes.

8.18. Os resultados das avaliações serão divulgados por meio de mensagem no sistema.

8.19. No caso de não haver entrega da amostra ou ocorrer atraso na entrega, sem justificativa aceita pelo Pregoeiro, ou havendo entrega de amostra fora das especificações previstas neste Edital, a proposta do licitante será recusada.

8.20. Se a(s) amostra(s) apresentada(s) pelo primeiro classificado não for(em) aceita(s), o Pregoeiro analisará a aceitabilidade da proposta ou lance ofertado pelo segundo classificado. Seguir-se-á com a verificação da(s) amostra(s) e, assim, sucessivamente, até a verificação de uma que atenda às especificações constantes no Termo de Referência.

## 9. DA FASE DE HABILITAÇÃO

9.1. Os documentos previstos no Termo de Referência, necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021.

9.1.1. A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeira, poderá ser substituída pelo registro cadastral no SICAF.

9.2. Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

9.3. Na hipótese de o licitante vencedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para fins de assinatura do contrato ou da ata de registro de preços, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

9.4. Quando permitida a participação de consórcio de empresas, a habilitação técnica, quando exigida, será feita por meio do somatório dos quantitativos de cada consorciado e, para efeito de habilitação econômico-financeira, quando exigida, será observado o somatório dos valores de cada consorciado.

9.5. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser apresentados em original ou por cópia.

9.6. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser substituídos por registro cadastral emitido por órgão ou entidade pública, desde que o registro tenha sido feito em obediência ao disposto na Lei nº 14.133, de 2021.

9.7. Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei.

9.8. Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

9.9. O licitante deverá apresentar, sob pena de desclassificação, declaração de que sua proposta econômica compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

9.10. Considerando que na presente contratação a avaliação prévia do local de execução é imprescindível para o conhecimento pleno das condições e peculiaridades do objeto a ser contratado,

o licitante deve atestar, sob pena de inabilitação, que conhece o local e as condições de realização do serviço, assegurado a ele o direito de realização de vistoria prévia.

9.10.1. O licitante que optar por realizar vistoria prévia terá disponibilizado pela Administração data e horário exclusivos, a ser agendado pelo e-mail: [gt@proinfra.ufal.br](mailto:gt@proinfra.ufal.br), de modo que seu agendamento não coincida com o agendamento de outros licitantes.

9.10.2. Caso o licitante opte por não realizar vistoria, poderá substituir a declaração exigida no presente item por declaração formal assinada pelo seu responsável técnico acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação.

9.11. A habilitação será verificada por meio do Sicaf, nos documentos por ele abrangidos.

9.11.1. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitaes quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir.

9.12. É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no Sicaf e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

9.12.1. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

9.13. A verificação pelo Pregoeiro, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

9.13.1. Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no Sicaf serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo de 2 (duas) horas, prorrogável por igual período, contado da solicitação do Pregoeiro.

9.14. A verificação no Sicaf ou a exigência dos documentos nele não contidos somente será feita em relação ao licitante vencedor.

9.14.1. Os documentos relativos à regularidade fiscal que constem do Termo de Referência somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado.

9.14.2. Respeitada a exceção do subitem anterior, relativa à regularidade fiscal, quando a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, a verificação ou exigência do presente subitem ocorrerá em relação a todos os licitantes.

9.15. Encerrado o prazo para envio da documentação de que trata o item 9.13.1, poderá ser admitida, mediante decisão fundamentada do Pregoeiro, a apresentação de novos documentos de habilitação ou a complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes, em até 2 (duas) horas, para:

9.15.1. a aferição das condições de habilitação do licitante, desde que decorrentes de fatos existentes à época da abertura do certame;

9.15.2. atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;

9.15.3. suprimimento da ausência de documento de cunho declaratório emitido unilateralmente pelo licitante;

9.15.4. suprimimento da ausência de certidão e/ou documento de cunho declaratório expedido por órgão ou entidade cujos atos gozem de presunção de veracidade e fé pública.

9.16. Findo o prazo assinalado sem o envio da nova documentação, restará preclusa essa oportunidade conferida ao licitante, implicando sua inabilitação.

9.17. Na análise dos documentos de habilitação, a comissão de contratação poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

9.18. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o Pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital, observado o prazo disposto no subitem 9.13.1

9.19. Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.

9.20. A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e das empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de contratação, e não como condição para participação na licitação (art. 4º do Decreto nº 8.538/2015).

## 10. DO TERMO DE CONTRATO

10.1. Após a homologação e adjudicação, caso se conclua pela contratação, será firmado termo de contrato, ou outro instrumento equivalente

10.2. O adjudicatário terá o prazo de 3 (três) dias úteis, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o termo de contrato ou instrumento equivalente, sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.

10.3. Alternativamente à convocação para comparecer perante o órgão ou entidade para a assinatura do Termo de Contrato ou instrumento equivalente, a Administração poderá:

a) encaminhá-lo para assinatura, mediante correspondência postal com aviso de recebimento (AR), para que seja assinado e devolvido no prazo de 3 (três) dias úteis, a contar da data de seu recebimento;

b) disponibilizar acesso a sistema de processo eletrônico para que seja assinado digitalmente em até 3 (três) dias úteis; ou

c) outro meio eletrônico, assegurado o prazo de 3 (três) dias úteis para resposta após recebimento da notificação pela Administração.

10.4. O Aceite da Nota de Empenho ou do instrumento equivalente, emitida ao fornecedor adjudicado, implica o reconhecimento de que:

10.4.1. referida Nota está substituindo o contrato, aplicando-se à relação de negócios ali estabelecida as disposições da Lei nº 14.133, de 2021;

10.4.2. a contratada se vincula à sua proposta e às previsões contidas neste Edital;

10.4.3. a contratada reconhece que as hipóteses de rescisão são aquelas previstas nos artigos 137 e 138 da Lei nº 14.133, de 2021 e reconhece os direitos da Administração previstos nos artigos 137 a 139 da mesma Lei.

10.5. Os prazos dos itens 10.2 e 10.3 poderão ser prorrogados, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração.

10.6. O prazo de vigência da contratação é o estabelecido no Termo de Referência.

10.7. Na assinatura do contrato ou instrumento equivalente será exigido o Cadastro Informativo de Créditos não Quitados do Setor Público Federal - Cadin e a comprovação das condições de habilitação e contratação consignadas neste Edital, que deverão ser mantidas pelo fornecedor durante a vigência do contrato.

10.7.1. A existência do registro do Cadin constitui fator impeditivo para a contratação.

## **11. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

11.1. Homologado o resultado da licitação, o licitante mais bem classificado terá o prazo de 3 (três) dias, contados a partir da data de sua convocação, para assinar a Ata de Registro de Preços, cujo prazo de validade encontra-se nela fixado, sob pena de decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.

11.2. O prazo de convocação poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, mediante solicitação do licitante mais bem classificado ou do fornecedor convocado, desde que:

(a) a solicitação seja devidamente justificada e apresentada dentro do prazo; e

(b) a justificativa apresentada seja aceita pela Administração.

11.3. A ata de registro de preços será assinada por meio de assinatura digital e disponibilizada no sistema de registro de preços.

11.4. Serão formalizadas tantas Atas de Registro de Preços quantas forem necessárias para o registro de todos os itens constantes no Termo de Referência/Projeto Básico, com a indicação do licitante vencedor, a descrição do(s) item(ns), as respectivas quantidades, preços registrados e demais condições.

11.5. O preço registrado, com a indicação dos fornecedores, será divulgado no PNCP e disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.

11.6. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

11.7. Na hipótese de o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidas, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.

11.8. O prazo de vigência da ata de registro de preços será de 1 (um) ano e poderá ser prorrogado, por igual período, desde que comprovado o preço vantajoso.

11.8.1. Em caso de prorrogação da ata, poderá ser renovado o quantitativo originalmente registrado.

## **12. DA FORMAÇÃO DO CADASTRO DE RESERVA**

12.1. Após a homologação da licitação, será incluído na ata, na forma de anexo, o registro:.

12.1.1. dos licitantes que aceitarem cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário, observada a classificação na licitação; e excluído o percentual referente à margem de preferência, quando o objeto não atender aos requisitos previstos no art. 26 da Lei nº 14.133, de 2021; e

12.1.2. dos licitantes que mantiverem sua proposta original

12.2. Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou fornecedores registrados na ata.

12.2.1. A apresentação de novas propostas na forma deste item não prejudicará o resultado do certame em relação ao licitante mais bem classificado.

12.2.2. Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.

12.3. A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:

12.3.1. quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital; ou

12.3.2. quando houver o cancelamento do registro do fornecedor ou do registro de preços, nas hipóteses previstas nos art. 28 e art. 29 do Decreto nº 11.462/23.

12.4. Na hipótese de nenhum dos licitantes que aceitaram cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário concordar com a contratação nos termos em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado, a Administração, observados o valor estimado e a sua eventual atualização na forma prevista no edital, poderá:

12.4.1. convocar os licitantes que mantiveram sua proposta original para negociação, na ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou

12.4.2. adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes remanescentes, observada a ordem de classificação, quando frustrada a negociação de melhor condição.

### 13. DOS RECURSOS

13.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021.

13.2. O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

13.3. Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:

13.3.1. a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;

13.3.2. o prazo para a manifestação da intenção de recorrer não será inferior a 10 (dez) minutos.

13.3.3. o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;

13.4. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.

13.5. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

13.6. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

13.7. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.



13.8. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

13.9. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

13.10. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados no sítio eletrônico <https://ufal.br/transparencia/licitacoes/pregoes-eletronicos/2025>

## 14. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

14.1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:

14.1.1. deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo/a Pregoeiro/a durante o certame;

14.1.2. Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta em especial quando:

14.1.2.1. não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;

14.1.2.2. recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;

14.1.2.3. pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva;

14.1.2.4. deixar de apresentar amostra; ou

14.1.2.5. apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital;

14.1.3. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

14.1.4. recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;

14.1.5. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação

14.1.6. fraudar a licitação;

14.1.7. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

14.1.7.1. agir em conluio ou em desconformidade com a lei;

14.1.7.2. induzir deliberadamente a erro no julgamento;

14.1.7.3. apresentar amostra falsificada ou deteriorada;

14.1.8. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação

14.1.9. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 2013.

14.2. Com fulcro na Lei nº 14.133, de 2021, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

14.2.1. advertência;

14.2.2. multa;

14.2.3. impedimento de licitar e contratar e

14.2.4. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

14.3. Na aplicação das sanções serão considerados:

14.3.1. a natureza e a gravidade da infração cometida.

14.3.2. as peculiaridades do caso concreto

14.3.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes

14.3.4. os danos que dela provierem para a Administração Pública

14.3.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

14.4. A multa será recolhida no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, a contar da comunicação oficial.

14.4.1. Para as infrações previstas nos itens 14.1.1, 14.1.2 e 14.1.3, a multa será de 0.5% a 15% do valor do contrato licitado.

14.4.2. Para as infrações previstas nos itens 14.1.4, 14.1.5, 14.1.6, 14.1.7, 14.1.8 e 14.1.9, a multa será de 15% a 30% do valor do contrato licitado.

14.5. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.

14.6. Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

14.7. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 14.1.1, 14.1.2 e 14.1.3, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo o qual pertencer o órgão ou entidade, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

14.8. Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens 14.1.5, 14.1.6, 14.1.7, 14.1.8 e 14.1.9, bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens 14.1.1, 14.1.2, 14.1.3 e 14.1.4, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no art. 156, §5º, da Lei n.º 14.133, de 2021.

14.9. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita no item 14.1.4, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação, nos termos do art. 45, §4º da IN SEGES/ME n.º 73, de 2022.

14.10. A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

14.11. Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

14.12. Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

14.13. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

14.14. A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

14.15. Para a garantia da ampla defesa e contraditório dos licitantes, as notificações serão enviadas eletronicamente para os endereços de e-mail informados na proposta comercial, bem como os cadastrados pela empresa no SICAF.

14.15.1. Os endereços de e-mail informados na proposta comercial e/ou cadastrados no Sicafe serão considerados de uso contínuo da empresa, não cabendo alegação de desconhecimento das comunicações a eles comprovadamente enviadas.

## **15. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO**

15.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da Lei nº 14.133, de 2021, devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.

15.2. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

15.3. A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados por forma eletrônica, pelos seguintes meios: [gca@proinfra.ufal.br](mailto:gca@proinfra.ufal.br).

15.4. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

15.5. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo Pregoeiro, nos autos do processo de licitação.

15.6. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

## **16. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

16.1. Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.

16.2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.

16.3. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.

16.4. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

16.5. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

16.6. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

16.7. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

16.8. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

16.9. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

16.10. O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e endereço eletrônico <https://ufal.br/transparencia/licitacoes/pregoes-eletronicos/2025>

16.11. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

16.11.1. ANEXO I - Termo de Referência.

16.11.1.1. Apêndice do Anexo I – Estudo Técnico Preliminar

16.11.2. ANEXO II - Minuta de Termo de Contrato

16.11.3. ANEXO III - Minuta de Ata de Registro de Preços

16.11.4. ANEXO IV - Regras aplicáveis ao instrumento substitutivo ao contrato

16.11.5. ANEXO V - Termo de Ciência e concordância

Maceió-AL , 07 de maio de 2026.

.....  
JOSEALDO TONHOLO

Reitor

## UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS

## Termo de Referência 30/2026

## Informações Básicas

|                    |  |                      |                          |
|--------------------|--|----------------------|--------------------------|
| Número do artefato | UASG                                   | Editado por          | Atualizado em            |
| 30/2026            | 153037-UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS | FELIPE DA ROCHA PAES | 06/05/2026 14:22 (v 0.7) |
| Status             |  |                      |                          |
| ASSINADO           |  |                      |                          |

## Outras informações

|                                      |                       |                         |
|--------------------------------------|-----------------------|-------------------------|
| Categoria                            | Número da Contratação | Processo Administrativo |
| III – locação/Locação de bens móveis |                       | 23065.019575/2025-11    |

## 1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

(Processo Administrativo nº 23065.019575/2025-11)

## TERMO DE REFERÊNCIA

## CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1. Contratação de serviços de locação de veículos, através de Pregão de Sistema de Registro de Preços(SRP), nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

1.2. Cada licitante interessado poderá apresentar propostas de registro de preços para um ou mais itens, de forma que mais de um licitante poderá ter seus preços devidamente registrados em observância aos termos deste TR e do edital.

## LOCAÇÃO MENSAL

| ITEM | ESPECIFICAÇÃO  | CATSER | UNIDADE DE MEDIDA | QUANT | VALOR UNITÁRIO ANUAL | VALOR TOTAL ANUAL |
|------|--|--------|-------------------|-------|----------------------|-------------------|
| 1    | LOCAÇÃO MENSAL de até 12 veículos tipo PICAPE GRANDE /Caminhonete 4x4, capacidade de carga mínima de 1000 kg, cabine dupla, com capacidade para 5 passageiros, novo ou seminovo com no máximo 02 anos de uso no momento do início do serviço, com direção hidráulica ou elétrica, câmbio AUTOMÁTICO, motorização mínima 2.8, turbo diesel , pintura na cor branca, plotagem nas portas com adesivo do órgão contratante (design a combinar com a contratante), ar condicionado, freios ABS, insulfilme, sensor de estacionamento, sistema de alarme, trio elétrico (vidros, travas e retrovisores), equipamento de som AM /FM/MP3, capota marítima, estribos laterais para embarque e desembarque, com quilometragem livre, seguro total com franquia inclusa na composição do valor da mensalidade (cobertura contra incêndio e colisão), bem como contra terceiros (cobertura física e material), e outros encargos necessários à execução dos serviços e assistência técnica de 24hs, manutenção preventiva e corretiva, licenciamentos, reparos, substituição do veículo em caso de qualquer ocorrência, por conta da Contratada, sem ônus adicional para a administração. (Padrão de qualidade dos veículos: Chevrolet S10, VW Amarok, Ford Ranger, Nissan Frontier, Mitsubishi L200, Toyota Hilux, ou de padrão similar) | 4014   | UNID              | 12    | 129.863,33           | 1.558.359,96      |
| 2    | LOCAÇÃO MENSAL, de até 6 veículos do tipo PICAPE MÉDIA 4x4, capacidade de carga de 600 Kg ou superior, motorização mínima 1.6 - flex, cabine dupla, 4 (quatro) portas com capacidade para 5 (cinco) passageiros, com direção hidráulica ou elétrica, câmbio AUTOMÁTICO, ar condicionado, freios ABS, vidros e travas elétricas nas portas dianteiras, sistema de alarme, air-bags dianteiros (motorista e passageiro), sensor de estacionamento, capota marítima, equipamento de som AM/FM/MP3, veículo novo ou seminovo com no máximo 02 anos de uso no momento do início do serviço, insulfilme de acordo com a legislação, pintura sólida na cor branca com adesivo do órgão contratante (modelo a ser enviado pela Contratante), com quilometragem livre, seguro total com franquia  | 4014   | UNID              | 6     | 92.053,55            | 552.321,30        |

|   |   |      |      |    |            |              |
|---|---|------|------|----|------------|--------------|
|   | inclusa na composição do valor da mensalidade (cobertura contra incêndio e colisão), bem como contra terceiros (cobertura física e material), e outros encargos necessários à execução dos serviços e assistência técnica 24hs, manutenção preventiva e corretiva, reparos, licenciamento, substituição do veículo em caso de qualquer ocorrência, por conta da Contratada, sem ônus adicional para a Contratante. (Padrão de qualidade dos veículos Renault Oroch, Fiat Toro, Chevrolet Montana ou de padrão similar)  |      |      |    |            |              |
| 3 | LOCAÇÃO MENSAL de até 10 Veículos tipo SUV MÉDIO, novo ou seminovo com no máximo 02 anos de uso no momento do início do serviço, motorização mínima 1.0 TURBO, câmbio AUTOMÁTICO, freios ABS, 04 (quatro) portas, capacidade para 5 (cinco) passageiros, ar condicionado, direção hidráulica, air bag duplo, trio elétrico ( vidros, travas e retrovisores), sistema de alarme, som rádio AM/FM, rodas com aro 15, veículo na cor branca, com adesivo do órgão contratante (modelo a ser enviado pela contratante), com quilometragem livre, seguro total com franquia inclusa na composição do valor na diária (cobertura contra incêndio e colisão), bem como contra terceiros (cobertura física e material), e outros encargos necessários à execução dos serviços e assistência técnica de 24hs, manutenção preventiva e corretiva, licenciamentos, reparos, substituição do veículo em caso de qualquer ocorrência, por conta da Contratada, sem ônus adicional para a administração. (Padrão de qualidade dos veículos Chevrolet Tracker, Volkswagen T-Cross, Fiat Pulse, Nissan Kicks, Hiunday Creta, Renault Duster de padrão similar)  | 4014 | UNID | 10 | 70.419,40  | 704.194,00   |
| 4 | LOCAÇÃO MENSAL, de até 3 SUVs DE GRANDE PORTE, com motorização mínima 2.4 turbodiesel, 4 (quatro) portas, capacidade 5 (cinco) ou 7 (sete) passageiros, com direção hidráulica ou elétrica, câmbio AUTOMÁTICO, ar condicionado, freios ABS, trio elétrico ( vidros, travas e retrovisores), sistema de alarme, Air-bags, sensor de estacionamento, equipamento de som AM /FM/MP3, veículo novo ou seminovo com no máximo 02 anos de uso no momento do início do serviço, insulfilme de acordo com a legislação, pintura sólida na cor branca, com adesivo do órgão contratante (modelo a ser enviado pela Contratante), com quilometragem livre, seguro total com franquia inclusa na composição do valor da mensalidade (cobertura contra incêndio e colisão), bem como contra terceiros (cobertura física e material), e outros encargos necessários à execução dos serviços e assistência técnica 24hs, manutenção preventiva e corretiva, reparos, licenciamento, substituição do veículo em caso de qualquer ocorrência, por conta da Contratada, sem ônus adicional para a Contratante. (Padrão de qualidade dos veículos Toyota SW4, Mitsubishi Pajero, Chevrolet Trail Blazer, Caoa Chery Tigo 8, Jeep Comander ou de padrão similar).  | 4014 | UNID | 3  | 185.367,46 | 556.102,38   |
| 5 | LOCAÇÃO MENSAL de até 3 ÔNIBUS URBANOS, novo ou seminovo com no máximo 05 anos de uso no momento do início do serviço, chassi e carroceria integrados, motor dianteiro, mínimo 230 cv, diesel com 6 cilindros, eletrônico, turbinado, direção hidráulica ou elétrica, transmissão mínima de 6 marchas, ar condicionado com duto estendido, entre - eixos máximo de 6.000 mm, PBT mínimo de 17 toneladas, capacidade mínima para 44 passageiros, bancos fixos com cintos de segurança, corrimãos e pegadores, forro em fórmica ou alumínio, dimensões: largura mínima 2.500 mm, comprimento máximo 12.600 mm, janelas com vidros móveis, plataforma para acessibilidade conforme legislação, cortinas no salão, duas portas urbanas (dianteira e intermediária), rádio AM /FM, sensor de ré, tacógrafo digital, poltrona do motorista com amortecimento e ajustes, assoalho antideslizante, com quilometragem livre, sem motorista e sem abastecimento, seguro total com franquia inclusa na composição do valor da mensalidade (cobertura contra incêndio e colisão), bem como contra terceiros (cobertura física e material), e outros encargos necessários à execução dos serviços e assistência técnica 24hs, manutenção preventiva e corretiva, reparos, licenciamento, substituição do veículo em caso de qualquer ocorrência, por conta da Contratada, sem ônus adicional para a Contratante, pintura sólida na cor branca, com adesivo do órgão contratante, modelo a ser enviado pela Contratante, (padrão de referência Gran Midi da Mascarello, similar).   | 4014 | UNID | 3  | 212.938,87 | 638.816,61   |
| 6 | LOCAÇÃO MENSAL de até 7 VANS, do tipo Van /Minibus, motorização mínima de 170 cv, motor 2.0 diesel, teto alto, distância entre eixos de no mínimo 4.325 mm, com freio de estacionamento, tacógrafo, transmissão manual de 6 marchas, tração traseira, freio a disco nas 4 rodas, tanque de combustível com no mínimo 70 litros, com air bag para motorista, trio elétrico (vidros, travas e espelhos retrovisores), bancos reclináveis, cintos de segurança de três pontos, iluminação interna e externa e demais equipamentos obrigatórios, direção elétrica ou hidráulica, ar condicionado original de fábrica, capacidade para 21 lugares, sendo 20 (vinte) passageiros mais o motorista, veículo novo ou seminovo com no máximo 05 anos de uso no momento do início do serviço, pintura sólida na cor branca, com adesivo do órgão contratante (modelo a ser enviado pela Contratante), com quilometragem livre, seguro total com franquia inclusa na composição do valor da mensalidade (cobertura contra incêndio e colisão), bem como contra terceiros (cobertura física e material), e outros encargos necessários à execução dos serviços e assistência técnica 24hs, manutenção preventiva e corretiva, reparos, licenciamento, substituição do veículo em caso de qualquer ocorrência, por conta da Contratada, sem ônus adicional para a Contratante. (Padrão de qualidade dos veículos Mercedes Sprinter, Ford Transit, Iveco Daily Minibus ou de padrão similar), Para atender demandas de fiscalização de contratos administrativos diversos, aulas de campo, pesquisa, extensão, palestras, visitas técnicas e cursos no âmbito da UFAL, em todo o território nacional. | 4014 | UNID | 7  | 182.841,61 | 1.279.891,27 |
| 7 | LOCAÇÃO MENSAL de até 5 MINIVAN com capacidade para 07 passageiros, novo ou seminovo com no máximo 02 anos de uso no momento do início do serviço, motor de 04 cilindros em linha, com aproximadamente 1.400 cilindradas, flex, câmbio AUTOMÁTICO de 5 marchas a frente e 1 a ré, tração dianteira, ar condicionado, freio a disco nas rodas dianteiras e tambor nas traseiras, rodas com no mínimo 15 polegadas e pintura sólida na cor branca, com adesivo do órgão contratante, (modelo a ser enviado pela Contratante), com quilometragem livre, seguro total com franquia inclusa na composição do valor na diária (cobertura contra incêndio e colisão), bem como contra terceiros (cobertura física e material), e outros encargos necessários à execução dos serviços e assistência técnica de 24hs, manutenção preventiva e corretiva, licenciamentos, reparos, substituição do veículo em caso de qualquer ocorrência, por conta da Contratada, sem ônus adicional para a administração, (padrão de qualidade dos veículos Chevrolet Spin, Chevrolet Tracker, Fiat Doblô ou de padrão similar, Para atender demandas de fiscalização de   | 4014 | UNID | 5  | 71.111,46  | 355.557,30   |

|               |   |      |     |    |              |            |
|---------------|---|------|-----|----|--------------|------------|
|               | contratos administrativos diversos, aulas de campo, pesquisa, extensão, palestras, visitas técnicas e cursos no âmbito da UFAL, em todo o território nacional.  |      |     |    |              |            |
| 8             | <p>LOCAÇÃO MENSAL de até 15 Veículos Tipo Leve/Hatch ou Sedan) 1. Tipo: Veículo Automotor de Passeio, com no máximo 02 anos de uso no momento do início do serviço. Capacidade: Mínimo de 05 lugares. Motorização: Mínima 1.0 (para áreas urbanas) ou acima de 1.5 (para terrenos irregulares/maior desempenho). Carroceria: 04 ou 05 portas. Combustível: Flex (Álcool/Gasolina). Direção: Hidráulica ou Elétrica. Câmbio: Manual ou Automático. 2. Equipamentos Obrigatórios de Série Segurança: Freios ABS, Airbag duplo frontal (obrigatório por legislação vigente). Conforto: Ar-condicionado, vidros elétricos (pelo menos dianteiros), travas elétricas, alarme. Rodas/Pneus: Jogo de pneus (inclusive estepe) compatível com o modelo e aro original, calotas ou rodas de liga leve. Uso: Protetor de cârter, tapetes, insulfilm (opcional, conforme demanda). Entrega: Veículo entregue revisado 4. Cores e Identificação Cor: Preferencialmente branca (padrão de órgãos públicos) ou cores neutras (prata, cinza, preto). Personalização: Pode ser exigida a adesivagem com a logomarca do órgão, conforme Manual de Identidade Visual da administração. com quilometragem livre, seguro total com franquia inclusa na composição do valor na diária (cobertura contra incêndio e colisão), bem como contra terceiros (cobertura física e material), e outros encargos necessários à execução dos serviços e assistência técnica de 24hs, manutenção preventiva e corretiva, licenciamentos, reparos, substituição do veículo em caso de qualquer ocorrência, por conta da Contratada, sem ônus adicional para a administração.</p> | 4014 | UND | 15 | 33.256,78    | 498.851,70 |
| TOTAL PARCIAL |   |      |     |    | 6.144.094,52 |            |

LOCAÇÃO SOB DEMANDA POR DIÁRIAS E QUILOMETRAGEM LIVRE

| ITEM | DESCRIÇÃO  | CATSER | UNIDADE DE MEDIDA | QUANTID. DE DIÁRIAS POR 12 MESES | VALOR POR DIÁRIA | VALOR GLOBAL PARA 12 MESES |
|------|--|--------|-------------------|----------------------------------|------------------|----------------------------|
| 9    | <p>LOCAÇÃO SOB DEMANDA POR DIÁRIAS E QUILOMETRAGEM LIVRE, de até 3 SUVs DE GRANDE PORTE, com motorização mínima 2.4 turbodiesel, 4 (quatro) portas, capacidade para 5 (cinco) ou 7 (sete) passageiros, com direção hidráulica ou elétrica, câmbio AUTOMÁTICO, ar condicionado, freios ABS, trio elétrico ( vidros, travas e retrovisores), sistema de alarme, Air-bags, sensor de estacionamento, equipamento de som AM/FM/MP3, veículo novo ou seminovo com no máximo 02 anos de uso no momento do início do serviço, insulfilme de acordo com a legislação, pintura sólida na cor branca, com adesivo do órgão contratante (modelo a ser enviado pela Contratante), com quilometragem livre, seguro total com franquia inclusa na composição do valor da mensalidade (cobertura contra incêndio e colisão), bem como contra terceiros (cobertura física e material), e outros encargos necessários à execução dos serviços e assistência técnica 24hs, manutenção preventiva e corretiva, reparos, licenciamento, substituição do veículo em caso de qualquer ocorrência, por conta da Contratada, sem ônus adicional para a Contratante. (Padrão de qualidade dos veículos Toyota SW4, Mitsubishi Pajero, Chevrolet Trail Blazer, Caoa Chery Tigo 8, Jeep Comander ou de padrão similar), Para atender demandas de fiscalização de contratos administrativos diversos, aulas de campo, pesquisa, extensão, palestras, visitas técnicas e cursos no âmbito da UFAL, em todo o território nacional.</p>   | 4014   | DIÁRIAS           | 144                              | 513,33           | 73.919,52                  |
| 10   | <p>LOCAÇÃO SOB DEMANDA POR DIÁRIAS E QUILOMETRAGEM LIVRE, de até 3 ÔNIBUS RODOVIÁRIOS, novo ou seminovo com no máximo 05 anos de uso no momento do início do serviço, tipo toco, largura mínima de 2,60 metros; altura mínima de 3,20 metros; comprimento mínimo de 12,30 metros e máximo de 14 metros, potência mínima de 226 CV, sistema de CÂMBIO AUTOMÁTICO, direção hidráulica ou elétrica, tacógrafo digital, suspensão a ar, capacidade para 60 lugares, pintura sólida na cor branca, com adesivo do órgão contratante (modelo a ser enviado pela Contratante), plataforma elevatória veicular automática para acessibilidade, sanitário traseiro completo, parede divisória com porta entre a cabine e salão, poltronas reclináveis, cortinas nas janelas, porta maleiro no salão em ambos os lados, com quilometragem livre, sem motorista e sem abastecimento, seguro total com franquia inclusa na composição do valor da mensalidade (cobertura contra incêndio e colisão), bem como contra terceiros (cobertura física e material), e outros encargos necessários à execução dos serviços e assistência técnica 24hs, manutenção preventiva e corretiva, reparos, licenciamento, substituição do veículo em caso de qualquer ocorrência, por conta da Contratada, sem ônus adicional para a Contratante, (padrão de referência Campione Invictus LD da Comil/Volvo similar). Para atender demandas de aulas de campo, pesquisa, extensão, palestras, visitas técnicas e cursos no âmbito da UFAL, em todo o território nacional.</p> | 4014   | DIÁRIAS           | 168                              | 1.832,67         | 307.888,56                 |
|      | <p>LOCAÇÃO SOB DEMANDA POR DIÁRIAS E QUILOMETRAGEM LIVRE, de até 7 VANS, do tipo Van /Minibus, motorização mínima de 170 cv, motor 2.0 diesel, teto alto, distância entre eixos de no mínimo 4.325 mm, com freio de estacionamento, tacógrafo, transmissão manual de 6 marchas, tração traseira, freio a disco nas 4 rodas, tanque de combustível com no mínimo 70 litros, com air bag para motorista, trio elétrico (vidros, travas e espelhos retrovisores), bancos reclináveis, cintos de segurança de três pontos, iluminação</p>  |        |                   |                                  |                  |                            |

|               |  |      |         |     |        |                   |
|---------------|--|------|---------|-----|--------|-------------------|
| 11            | interna e externa e demais equipamentos obrigatórios, direção elétrica ou hidráulica, ar condicionado original de fábrica, capacidade para 21 lugares, sendo 20 (vinte) passageiros mais o motorista, veículo novo ou seminovo com no máximo 05 anos de uso no momento do início do serviço, pintura sólida na cor branca, com adesivo do órgão contratante (modelo a ser enviado pela Contratante), com quilometragem livre, seguro total com franquia inclusa na composição do valor da mensalidade (cobertura contra incêndio e colisão), bem como contra terceiros (cobertura física e material), e outros encargos necessários à execução dos serviços e assistência técnica 24hs, manutenção preventiva e corretiva, reparos, licenciamento, substituição do veículo em caso de qualquer ocorrência, por conta da Contratada, sem ônus adicional para a Contratante. (Padrão de qualidade dos veículos Mercedes Sprinter, Ford Transit, Iveco Daily Minibus ou de padrão similar). Para atender demandas de fiscalização de contratos administrativos diversos, aulas de campo, pesquisa, extensão, palestras, visitas técnicas e cursos no âmbito da UFAL, em todo o território nacional. | 4014 | DIÁRIAS | 120 | 538,57 | 64.628,40         |
| TOTAL PARCIAL |  |      |         |     |        | R\$<br>446.436,48 |

LOCAÇÃO SOB DEMANDA POR DIÁRIAS E QUILOMETRAGEM LIMITADA

| ITEM | DESCRIÇÃO  | CATSER | UNIDADE DE MEDIDA | KM LIMITADA POR 12 MESES | VALOR POR KM | VALOR GLOBAL PARA ATÉ 12 MESES |
|------|--|--------|-------------------|--------------------------|--------------|--------------------------------|
| 12   | LOCAÇÃO SOB DEMANDA POR QUILOMETRAGEM LIMITADA, de até 3 SUVs DE GRANDE PORTE, com motorização mínima 2.4 turbodiesel, 4 (quatro) portas, capacidade para 5 (cinco) ou 7 (sete) passageiros, com direção hidráulica ou elétrica, câmbio AUTOMÁTICO, ar condicionado, freios ABS, trio elétrico ( vidros, travas e retrovisores), sistema de alarme, Air-bags, sensor de estacionamento, equipamento de som AM /FM/MP3, veículo novo ou seminovo com no máximo 02 anos de uso no momento do início do serviço, insulfilme de acordo com a legislação, pintura sólida na cor branca, com adesivo do órgão contratante (modelo a ser enviado pela Contratante), com quilometragem livre, seguro total com franquia inclusa na composição do valor da mensalidade (cobertura contra incêndio e colisão), bem como contra terceiros (cobertura física e material), e outros encargos necessários à execução dos serviços e assistência técnica 24hs, manutenção preventiva e corretiva, reparos, licenciamento, substituição do veículo em caso de qualquer ocorrência, por conta da Contratada, sem ônus adicional para a Contratante. (Padrão de qualidade dos veículos Toyota SW4, Mitsubishi Pajero, Chevrolet Trail Blazer, Caoa Chery Tigo 8, Jeep Comander ou de padrão similar). Para atender demandas de fiscalização de contratos administrativos diversos, aulas de campo, pesquisa, extensão, palestras, visitas técnicas e cursos no âmbito da UFAL, em todo o território nacional.  | 4014   | KM                | 8760                     | 5,25         | 45.990,00                      |
| 13   | LOCAÇÃO SOB DEMANDA POR QUILOMETRAGEM LIMITADA, de até 3 ÔNIBUS RODOVIÁRIOS, novo ou seminovo com no máximo 05 anos de uso no momento do início do serviço, tipo toco, largura mínima de 2,60 metros; altura mínima de 3,20 metros; comprimento mínimo de 12,30 metros e máximo de 14 metros, potência mínima de 226 CV, sistema de CÂMBIO AUTOMÁTICO, direção hidráulica ou elétrica, tacógrafo digital, suspensão a ar, capacidade para 60 lugares, pintura sólida na cor branca, com adesivo do órgão contratante (modelo a ser enviado pela Contratante), plataforma elevatória veicular automática para acessibilidade, sanitário traseiro completo, parede divisória com porta entre a cabine e salão, poltronas reclináveis, cortinas nas janelas, porta maleiro no salão em ambos os lados, com quilometragem livre, sem motorista e sem abastecimento, seguro total com franquia inclusa na composição do valor da mensalidade (cobertura contra incêndio e colisão), bem como contra terceiros (cobertura física e material), e outros encargos necessários à execução dos serviços e assistência técnica 24hs, manutenção preventiva e corretiva, reparos, licenciamento, substituição do veículo em caso de qualquer ocorrência, por conta da Contratada, sem ônus adicional para a Contratante, (padrão de referência Campione Invictus LD da Comil/Volvo similar). Para atender demandas de aulas de campo, pesquisa, extensão, palestras, visitas técnicas e cursos no âmbito da UFAL, em todo o território nacional. | 4014   | KM                | 123360                   | 11,69        | 1.442.078,40                   |
|      | LOCAÇÃO SOB DEMANDA POR QUILOMETRAGEM LIMITADA, de   |        |                   |                          |              |                                |



|               |   |      |    |        |              |              |
|---------------|---|------|----|--------|--------------|--------------|
| 14            | até 7 VANS, do tipo Van /Minibus, motorização mínima de 170 cv, motor 2.0 diesel, teto alto, distância entre eixos de no mínimo 4.325 mm, com freio de estacionamento, tacógrafo, transmissão manual de 6 marchas, tração traseira, freio a disco nas 4 rodas, tanque de combustível com no mínimo 70 litros, com air bag para motorista, trio elétrico (vidros, travas e espelhos retrovisores), bancos reclináveis, cintos de segurança de três pontos, iluminação interna e externa e demais equipamentos obrigatórios, direção elétrica ou hidráulica, ar condicionado original de fábrica, capacidade para 21 lugares, sendo 20 (vinte) passageiros mais o motorista, veículo novo ou seminovo com no máximo 02 anos de uso no momento do início do serviço, pintura sólida na cor branca, com adesivo do órgão contratante (modelo a ser enviado pela Contratante), com quilometragem livre, seguro total com franquia inclusa na composição do valor da mensalidade (cobertura contra incêndio e colisão), bem como contra terceiros (cobertura física e material), e outros encargos necessários à execução dos serviços e assistência técnica 24hs, manutenção preventiva e corretiva, reparos, licenciamento, substituição do veículo em caso de qualquer ocorrência, por conta da Contratada, sem ônus adicional para a Contratante. (Padrão de qualidade dos veículos Mercedes Sprinter, Ford Transit, Iveco Daily Minibus ou de padrão similar), Para atender demandas de fiscalização de contratos administrativos diversos, aulas de campo, pesquisa, extensão, palestras, visitas técnicas e cursos no âmbito da UFAL, em todo o território nacional. | 4014 | KM | 167972 | 6,89         | 1.157.327,08 |
| TOTAL PARCIAL |   |      |    |        | 2.645.395,48 |              |

|             |                  |
|-------------|------------------|
| TOTAL GERAL | R\$ 9.235.926,48 |
|-------------|------------------|

Classificação do objeto quanto à heterogeneidade ou complexidade

- 1.3. O(s) serviço(s) objeto desta contratação são caracterizados como **comum(ns)**, conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar.
- 1.4. O serviço é enquadrado como continuado tendo em vista que a UFAL demanda de serviços de Transporte Oficial de forma regular, sendo a vigência plurianual mais vantajosa considerando o Estudo Técnico Preliminar(ETP) em anexo a este TR.

Prazo de vigência

- 1.5. O prazo de vigência da contratação é de 24 meses contados do(a) assinatura do contrato, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 1.6. A Ata de Registro de Preços resultante deste certame terá vigência de **1 (um) ano**, podendo ser prorrogada por igual período, em estrita observância ao disposto no **caput do Art. 84 da Lei nº 14.133/2021**.
- 1.7. O contrato ou outro instrumento hábil que o substitua oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

- 2.1.A Fundamentação da Contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em Tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares (ETP), em observância às disposições acerca do Sistema de Registro de Preços(SRP) no âmbito da lei de nº14.133/2021, sobretudo, a partir do art.82.
- 2.3. O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual da UFAL 2025, desde 30/08/2024, em avaliação desde 25/10/2024, conforme consta das informações básicas deste termo de referência.
- 2.4. Este termo de referência(TR) contém alterações documentais em razão da necessidade de adequação processual ao objeto da contratação.
- 2.5. Há, inclusive, alterações dos itens iniciais que seriam 10, com possibilidade de até 100 veículos de locação mensal, ademais, considerando as limitações orçamentárias da UFAL no exercício de 2025, houve alteração para 14 itens, com possibilidade de contratação futura de até 49 veículos, de locação mensal, e mais 26 veículos, sendo 13 de locação por diária e quilometragem livre e 13 de locação por quilometragem limitada, para atender, inclusive, as demandas do Instituto Federal do Ceará e ao Corpo de Bombeiros Militar de Alagoas, dessa forma, alterando a estimativa para até 75 veículos, por conseguinte, os itens e valores atualizados neste TR estão diferentes dos contidos no documento de formalização de demanda(DFD) e nos estudos técnicos preliminares( ETP), por questões de adequação processual durante a fase interna de planejamento, não gerando restrições ou impedimentos legais conforme ratifica o Tribunal de Contas da União(TCU), pois, essas alterações são comuns, consolidando este TR que será parte integrante do edital.

2.6. Os textos ou elementos deste TR tachados foram suprimidos, àqueles de cor vermelha foram incluídos pela administração, os de cor azul foram lacunas preenchidas e os de cor verde foram alterados ou adaptados no planejamento da contratação almejada, considerando que se trata de serviços contínuos sem mão de obra e dedicação exclusiva de mão de obra.

### 3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO

3.1. *A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.*

### 4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

#### *Sustentabilidade*

4.1. Além dos critérios de sustentabilidade inseridos no plano diretor de logística sustentável(PLS), o qual está em desenvolvimento pela Universidade Federal de Alagoas(UFAL) em observância à portaria SEGES/ME nº 8.678, de 19 de julho de 2021, ademais, esta contratação já deverá ser realizada com base nos seguintes requisitos, que se baseiam no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis:

4.1.1. Os veículos de locação a serem fornecidos, com o devido registro de preços, devem possuir tecnologias que promovam a diminuição da emissão dos gases de efeito estufa e a poluição ambiental, sobretudo, através do fomento do uso de combustíveis e práticas de sustentabilidade no trânsito, permitindo condução adequada e respeito ao meio ambiente equilibrado.

#### *Indicação de marcas ou modelos*

4.2. No presente registro de preços para futuras contratações, será admitida a indicação de marca(s), característica(s) ou modelo(s), apenas como referência de veículos de boa qualidade e melhores preços para a Administração Pública de acordo com as justificativas contidas nos Estudos Técnicos Preliminares.

#### *Da vedação de utilização de marca/produto na execução do serviço*

4.3. Não haverá vedação de utilização de marcas/produtos na execução do serviço desde que não ocorra prejuízos ao Interesse Público.

#### **Subcontratação[A6]**

4.5. *Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.*

#### **Garantia da contratação**

4.15. *Será exigida a garantia da contratação de que tratam os arts. 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, com validade durante a execução do contrato e 90 (noventa) dias após término da vigência contratual, podendo o Contratado optar pela caução em dinheiro ou em títulos da dívida pública, seguro-garantia, fiança bancária ou título de capitalização, em valor correspondente a 5% (Cinco por cento) do valor **total** da contratação.*

4.16. *Em caso de opção pelo seguro-garantia, a parte adjudicatária deverá apresentá-la, no máximo, até a data de assinatura do contrato.*

4.16.1. *A apólice de seguro-garantia permanecerá em vigor mesmo que o Contratado não pague o prêmio nas datas convencionadas.*

4.16.2. *Caso o adjudicatário não apresente a apólice de seguro de garantia antes da assinatura do contrato, ocorrerá a preclusão do direito de escolha dessa modalidade de garantia.*

4.16.3. *A apólice de seguro-garantia deverá acompanhar as modificações referentes à vigência do contrato principal mediante a emissão do respectivo endosso pela seguradora.*

4.16.4. *Será permitida a substituição da apólice de seguro-garantia na data de renovação ou de aniversário, desde que mantidas as condições e coberturas da apólice vigente e nenhum período fique descoberto, ressalvados os períodos de suspensão contratual.*

4.16.5. *Caso o adjudicatário não opte pelo seguro-garantia ou não apresente a apólice de seguro de garantia antes da assinatura do contrato, deverá apresentar, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, prorrogáveis por igual período, a critério do Contratante, contado da assinatura do contrato, comprovante de prestação de garantia nas modalidades de caução em dinheiro ou títulos da dívida pública, fiança bancária ou títulos de capitalização.*

4.17. *Caso seja a garantia em dinheiro a modalidade de garantia escolhida pelo Contratado, deverá ser efetuada em favor do Contratante, em conta específica na Caixa Econômica Federal, com correção monetária.*

- 4.18. Caso a opção seja por utilizar títulos da dívida pública, estes devem ter sido emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil, e avaliados pelos seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério competente.
- 4.19. No caso de garantia na modalidade de fiança bancária, deverá ser emitida por banco ou instituição financeira devidamente autorizada a operar no País pelo Banco Central do Brasil, e deverá constar expressa renúncia do fiador aos benefícios do artigo 827 do Código Civil.
- 4.20. Na hipótese de opção pelo título de capitalização, a garantia deverá ser custeada por pagamento único, com resgate pelo valor total, sob a modalidade de instrumento de garantia, emitido por sociedades de capitalização regularmente constituídas e autorizadas pelo Governo Federal.
- 4.20.1. O título de capitalização deverá ser apresentado ao Contratante juntamente com as condições gerais e o número do processo administrativo sob o qual o plano de capitalização foi aprovado pela Susep (art. 8º, III, da Circular SUSEP nº 656, de 11 de março de 2022).
- 4.21. A garantia assegurará, qualquer que seja a modalidade escolhida, sob pena de não aceitação, o pagamento de:
- 4.21.1. prejuízos advindos do não cumprimento do objeto do contrato e do não adimplemento das demais obrigações nele previstas;
- 4.21.2. multas moratórias e punitivas aplicadas pela Administração à contratada; e
- 4.23. No caso de alteração do valor do contrato, ou prorrogação de sua vigência, a garantia deverá ser ajustada ou renovada, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, prorrogáveis por igual período, contado da data de assinatura do termo aditivo ou da emissão do apostilamento, seguindo os mesmos parâmetros utilizados quando da contratação.
- 4.24. Na hipótese de suspensão do contrato por ordem ou inadimplemento da Administração, o Contratado ficará desobrigado de renovar a garantia ou de endossar a apólice de seguro até a ordem de reinício da execução ou o adimplemento pela Administração.
- 4.25. Se o valor da garantia for utilizado total ou parcialmente em pagamento de qualquer obrigação, o Contratado obriga-se a fazer a respectiva reposição no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, prorrogáveis por igual período, a critério do Contratante, contados da data em que for notificada.
- 4.26. O Contratante executará a garantia na forma prevista na legislação que rege a matéria.
- 4.26.1. O emitente da garantia ofertada pelo Contratado deverá ser notificado pelo Contratante quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais.
- 4.26.2. Caso se trate da modalidade seguro-garantia, ocorrido o sinistro durante a vigência da apólice, sua caracterização e comunicação poderão ocorrer fora desta vigência, não caracterizando fato que justifique a negativa do sinistro, desde que respeitados os prazos prescricionais aplicados ao contrato de seguro, nos termos do art. 20 da Circular Susep nº 662, de 11 de abril de 2022.
- 4.27. Extinguir-se-á a garantia com a restituição da carta fiança, autorização para a liberação de importâncias depositadas em dinheiro a título de garantia ou anuência ao resgate do título de capitalização, acompanhada de declaração do Contratante, mediante termo circunstanciado, de que o Contratado cumpriu todas as cláusulas do contrato.
- 4.27.1. A extinção da garantia na modalidade seguro-garantia observará a regulamentação da Susep.
- 4.27.2. A Administração deverá apurar se há alguma pendência contratual antes do término da vigência da apólice.
- 4.28. A garantia somente será liberada ou restituída após a fiel execução do contrato ou após a sua extinção por culpa exclusiva da Administração e, quando em dinheiro, será atualizada monetariamente.
- 4.29. O Contratado autoriza o Contratante a reter, a qualquer tempo, a garantia, na forma prevista neste Termo de Referência.
- 4.30. O garantidor não é parte para figurar em processo administrativo instaurado pelo Contratante com o objetivo de apurar prejuízos e/ou aplicar sanções à contratada.
- 4.31. A garantia de execução é independente de eventual garantia do produto ou serviço prevista neste Termo de Referência.

## **Vistoria**

- 4.32. Não há necessidade de realização de avaliação prévia do local de execução dos serviços.
- 4.33. A avaliação prévia do local de execução dos serviços é opcional, sendo assegurado ao interessado o direito de realização de vistoria prévia, acompanhado por servidor designado para esse fim, de segunda à sexta-feira, das **08:00** horas às **17:00** horas.
- 4.34. Serão disponibilizados data e horário diferentes aos interessados em realizar a vistoria prévia.
- 4.35. Para a vistoria, o representante legal da empresa ou responsável técnico deverá estar devidamente identificado, apresentando documento de identidade civil e documento expedido pela empresa comprovando sua habilitação para a realização da vistoria .

4.36. Caso o interessado opte por não realizar a vistoria, deverá prestar declaração formal assinada pelo seu responsável técnico acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação.

4.37. A não realização da vistoria não poderá embasar posteriores alegações de desconhecimento das instalações, dúvidas ou esquecimentos de quaisquer detalhes dos locais da prestação dos serviços, devendo o Contratado assumir os ônus dos serviços decorrentes.

#### **Instalação de escritório**

4.38. Considera-se imprescindível para a adequada execução dos serviços contratados que o fornecedor possua ou venha a instalar escritório contendo estrutura administrativa mínima, no município de Maceió/Alagoas, pelas razões constantes do Estudo Técnico Preliminar.

## **5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO**

### **Condições de execução**

5.1. A execução do objeto seguirá a seguinte dinâmica:

5.1.1. Início da execução do objeto: Ocorrerá 10 dias após a assinatura do contrato.

5.1.2. Descrição detalhada dos métodos, rotinas, etapas, tecnologias procedimentos, frequência e periodicidade de execução do trabalho: Os veículos locados deverão ficar à disposição da UFAL durante todo o período mensal ao longo da respectiva vigência contratual.

5.1.3. Cronograma de realização dos serviços: De segunda a sexta-feira, das 07:00 às 17:00 horas, regularmente, e aos finais de semana e feriados esporadicamente.

5.1.4. Período: Os serviços de locação de veículos deverão ocorrer com vigência de 12 meses ou 24 meses, limitados a 10 anos, conforme detalhamento do respectivo termo de contrato.

### **Local e horário da prestação dos serviços**

5.2. Os serviços serão prestados no seguinte endereço:

#### **Campus A. C. Simões**

Av. Lourival Melo Mota, S/N, Tabuleiro do Martins, Maceió - AL, Cep: 57072-970

#### **Campus Arapiraca**

Av. Manoel Severino Barbosa, S/N, Bom Sucesso, Arapiraca - AL, Cep: 57309-005

#### **Unidade de Ensino de Palmeira dos Índios**

Rua Sonho Verde, S/N, Eucalipto, Palmeira dos Índios – AL, Cep: 57076-100

#### **Unidade de Ensino de Penedo**

Av. Beira Rio, S/N, Centro Histórico, Penedo – AL, Cep: 57200-000

#### **Unidade de Ensino de Viçosa**

Fazenda São Luiz, S/N, Viçosa – AL, Cep: 57700-970

#### **Campus do Sertão**

Rodovia AL 145, Km 3, nº 3849, Bairro Cidade Universitária - Delmiro Gouveia - AL

#### **Unidade de Ensino de Santana do Ipanema**

Avenida João Agostinho, s/n. Santo Antônio. CEP:57500-000. Santana do Ipanema - AL

#### **CECA/UFAL**

BR-104, Rio Largo - AL, 57100-000

5.3 Os serviços serão prestados regularmente das 0:00 às 23:59 horas, diariamente.

#### **Rotinas a serem cumpridas**

5.3.1. A execução contratual observará as rotinas *abaixo*:

5.3.2. O fornecimento dos veículos, sem motoristas, pelas empresas vencedoras dos melhores preços registrados conforme detalhes das respectivas contratações, mensalmente, para ficar à disposição da UFAL;

5.3.3. O fornecimento de veículos por locação sob demanda de diária com quilometragem livre;

5.3.4. O fornecimento de veículos por locação sob demanda de quilometragem limitada;

#### **Materiais a serem disponibilizados**

5.4. *Para a perfeita execução dos serviços, o Contratado deverá disponibilizar os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, nas quantidades estimadas e qualidades a seguir estabelecidas, promovendo sua substituição quando necessário:*

5.4.1. O padrão de qualidade dos veículos está disposto na definição do objeto deste termo de referência(TR).

#### **Informações relevantes para o dimensionamento da proposta**

5.5. *A demanda do órgão tem como base as seguintes características:*

5.5.1. Todos os veículos fornecidos deverão ser novos ou seminovos, desde que funcionais, com ar condicionado adequado, com até 2 anos de uso, com exceção dos ônibus rodoviários, dos ônibus urbanos e das vans, os quais deverão possuir no máximo 5 anos de uso, assegurados de forma integral, com sistema de rastreamento incluso e plataforma de gestão da respectiva frota, a qual deverá ser acessada pelos gestores e fiscais contratuais;

5.5.2. Os veículos deverão ser, preferencialmente, brancos, com os respectivos adesivos da UFAL , inclusive, com insulfilm/película e câmbio automático.

#### **Procedimentos de transição e finalização do contrato**

5.17. *Os procedimentos de transição e finalização do contrato constituem-se das seguintes etapas:*

5.17.1. O atual contrato de locação de veículos, cujo nº é 51/2024, com a contratada MACAIBA TRANSPORTE, LIMPEZA E MANUTENÇÃO LTDA, teve sua vigência iniciada em 24/12/2024 e poderá ser executado por até 12 meses de forma improrrogável;

5.17.2. O objetivo da equipe de planejamento e setor requisitante é que as futuras contratações ocorram a partir da homologação da Ata de Registro de Preços(ARP), de forma que deverá ocorrer a extinção unilateral da contratação vigente, atualmente, e a sua substituição imediata pelas contratações referidas e almejadas, com previsão para junho de 2025.

## **6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO**

6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

6.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e o Contratado devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.4. O órgão ou entidade poderá convocar o preposto da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

6.5. *Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução do Contratado, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.*

#### **Preposto**

6.6. O Contratado designará formalmente o preposto da empresa, antes do início da prestação dos serviços, indicando no instrumento os poderes e deveres em relação à execução do objeto Contratado.

6.7. O Contratado *não necessitará* manter preposto da empresa no local da execução do objeto *durante o período de execução contratual*.

6.8. O Contratante poderá recusar, desde que justificadamente, a indicação ou a manutenção do preposto da empresa, hipótese em que o Contratado designará outro para o exercício da atividade.

### **Rotinas de Fiscalização**

6.9. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos.

### **Fiscalização Técnica**

6.10. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração.

6.11. O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.

6.12. Identificada qualquer inexistência ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção.

6.13. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.

6.14. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprezadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato.

6.15. O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à tempestiva renovação ou à prorrogação contratual.

6.16. *A fiscalização da execução dos serviços abrange, ainda, as seguintes rotinas:*

6.16.1. *Conferência in loco do quantitativo de veículos contratado e da sua qualidade conforme descrição neste TR;*

6.16.2. *Verificação das práticas de proteção ao meio ambiente pela contratada ao longo da execução contratual; e*

6.16.3. *Acompanhamento efetivo da utilização dos veículos através do sistema de rastreamento veicular.*

6.17. A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade do Contratado, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade do Contratante ou de seus agentes, gestores e fiscais, de conformidade.

6.18. As disposições previstas neste Termo de Referência não excluem o disposto no Anexo VIII da Instrução Normativa SEGES/MP nº 05, de 2017, aplicável no que for pertinente à contratação, por força da Instrução Normativa Seges/ME nº 98, de 26 de dezembro de 2022.

### **Fiscalização Administrativa**

6.31. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.

6.32. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência.

6.33. *Além do disposto acima, a fiscalização contratual obedecerá às seguintes rotinas:*

6.33.1. *Entrega efetiva, conforme descrição detalhada neste TR, dos veículos de locação mensal, por diárias e quilometragem rodada.*

### **Gestor do Contrato**

6.68. Cabe ao gestor do contrato:

6.68.1. coordenar a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração.

6.68.2. acompanhar os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência.

6.68.3. acompanhar a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais.

6.68.4. emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo Contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações.

6.68.5. tomar providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.

6.68.6. elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração.

6.68.7. enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, com a indicação expressa de que o valor da Nota Fiscal emitida pela contratada confere com o valor dimensionado pela fiscalização e gestão no recebimento definitivo do serviço.

## 7. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO

7.1. *A avaliação da execução do objeto utilizará o disposto nesta seção.*

7.3. Será indicada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que o Contratado:

7.3.1. não produziu os resultados acordados,

7.3.2. deixou de executar, ou não executou com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas; ou

7.3.3. deixou de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou os utilizou com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

7.5. *A aferição da execução contratual para fins de pagamento considerará os seguintes critérios:*

7.5.1. *Entrega do quantitativo de veículos conforme toda a descrição dos itens para locação mensal;*

7.5.2. *Entrega do quantitativo de veículos conforme toda a descrição dos itens para locação por diárias; e*

7.5.3. *Entrega do quantitativo de veículos conforme toda a descrição dos itens para locação por quilometragem rodada.*

### Recebimento

7.6. Os serviços serão recebidos provisoriamente, no prazo de 8 (*Oito*) dias, pelos fiscais técnico e administrativo, mediante termos detalhados, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico e administrativo.

7.7 O prazo para recebimento provisório será contado do recebimento de comunicação de cobrança oriunda do Contratado com a comprovação da prestação dos serviços a que se referem a parcela a ser paga.

7.8. O fiscal técnico do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter técnico.

7.9. O fiscal administrativo do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter administrativo.

7.10. O fiscal setorial do contrato, quando houver, realizará o recebimento provisório sob o ponto de vista técnico e administrativo.

7.11. Para efeito de recebimento provisório, será considerado para fins de faturamento o período de 30 dias para locação mensal **OU** *o quantitativo de diárias/e quilômetros realizados para fins de faturamento*.

7.12. Ao final de cada período/evento de faturamento:

7.12.1. o fiscal técnico do contrato deverá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos no ato convocatório, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos à contratada, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato;

7.13. Será considerado como ocorrido o recebimento provisório com a entrega do termo detalhado ou, em havendo mais de um a ser feito, com a entrega do último.

- 7.14. O Contratado fica obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no recebimento provisório.
- 7.15. A fiscalização não efetuará o ateste da última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no recebimento provisório.
- 7.16. O recebimento provisório também ficará sujeito, quando cabível, à conclusão de todos os testes de campo e à entrega dos Manuais e Instruções exigíveis.
- 7.17. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, sem prejuízo da aplicação das penalidades.
- 7.18. Quando a fiscalização for exercida por um único servidor, o Termo Detalhado deverá conter o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do contrato, em relação à fiscalização técnica e administrativa e demais documentos que julgar necessários, devendo encaminhá-los ao gestor do contrato para recebimento definitivo.
- 7.19. Os serviços serão recebidos definitivamente no prazo de *10 (Dez)* dias, contados do recebimento provisório, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, após a verificação da qualidade e quantidade do serviço e consequente aceitação mediante termo detalhado, obedecendo os seguintes procedimentos:
- 7.19.1. Emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial, quando houver, no cumprimento de obrigações assumidas pelo Contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado em indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações, conforme regulamento.
- 7.19.2. Realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando ao Contratado, por escrito, as respectivas correções;
- 7.19.3. Emitir Termo Detalhado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentações apresentadas; e
- 7.19.4. Comunicar a empresa para que emita a Nota Fiscal ou Fatura, com o valor exato dimensionado pela fiscalização.
- 7.19.5. Enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão.[A8]
- 7.20. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal quanto à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.
- 7.21. Nenhum prazo de recebimento ocorrerá enquanto pendente a solução, pelo Contratado, de inconsistências verificadas na execução do objeto ou no instrumento de cobrança.
- 7.22. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

## **Liquidação**

- 7.23. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do art. 7º, §3º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022.
- 7.24. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, nos casos de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021
- 7.25. Para fins de liquidação, o setor competente deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:
- I) o prazo de validade;
  - II) a data da emissão;
  - III) os dados do contrato e do órgão contratante;
  - IV) o período respectivo de execução do contrato;
  - V) o valor a pagar; e
  - Vi) eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.



7.26. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o Contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao Contratante.

7.27. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133/2021.

7.28. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para:

7.28.1. verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas;

7.28.2. identificar possível razão que impeça a participação em licitação/contratação no âmbito do órgão ou entidade, tais como a proibição de contratar com a Administração ou com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

7.29. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do Contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do Contratante.

7.30. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o Contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do Contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

7.31. Persistindo a irregularidade, o Contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao Contratado a ampla defesa.

7.32. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o Contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

### **Prazo de pagamento**

7.33. O pagamento será efetuado no prazo máximo de até dez dias úteis, contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 2022.

7.34. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao Contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice *IPCA/IBGE* de correção monetária.

### **Forma de pagamento**

7.35. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo Contratado.

7.36. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

7.37. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

7.37.1. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.[A10]

7.38. O Contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

### **Reajuste**

7.78. *Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do Contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo Contratante, do índice IPCA/IBGE, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.*

7.79. *Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.*

7.80. *No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o Contratante pagará ao Contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).*

7.81. *Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).*

7.82. *Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será (ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.*

7.83. *Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.*

## 8. INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

8.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o Contratado que:

- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do contrato;
- d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

8.2. Serão aplicadas ao Contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

8.2.1. Advertência, quando o Contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

8.2.2. Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

8.2.3. Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave.

8.2.4. Multa:

8.2.4.1. *Moratória, para as infrações descritas no item “d”, de 2% (Dois por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 15 (Quinze) dias.*

8.2.4.2. *Moratória de 0,07% (sete centésimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor total do contrato, até o máximo de 2% (dois por cento), pela inobservância do prazo fixado para apresentação, suplementação ou reposição da garantia;*

8.2.4.2.1. *O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias para apresentação, suplementação ou reposição da garantia autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei n. 14.133, de 2021.*

8.2.4.3. *Compensatória, para as infrações descritas acima alíneas “e” a “h” de 5% (Cinco por cento) a 10% (Dez por cento) do valor da contratação.*

8.2.4.4. *Compensatória, para a inexecução total do contrato prevista acima na alínea “c”, de 10% (Dez por cento) a 20% (Vinte por cento) do valor da contratação.*

8.2.4.5. *Compensatória, para a infração descrita acima na alínea “b”, de 2% (Dois por cento) a 12% (Doze por cento) do valor da contratação.*

8.2.4.6. *Compensatória, em substituição à multa moratória para a infração descrita acima na alínea “d”, de 10% (Dez por cento) a 20% (Vinte por cento) do valor da contratação.*

8.3. A aplicação das sanções previstas neste Termo de Referência não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante.

8.4. Todas as sanções previstas neste Termo de Referência poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa.

8.5. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

8.6. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

8.7. A multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 30 (Trinta) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

8.8. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

8.8.1. Para a garantia da ampla defesa e contraditório, as notificações serão enviadas eletronicamente para os endereços de e-mail informados na proposta comercial, bem como os cadastrados pela empresa no SICAF.

8.8.2. Os endereços de e-mail informados na proposta comercial e/ou cadastrados no SICAF serão considerados de uso contínuo da empresa, não cabendo alegação de desconhecimento das comunicações a eles comprovadamente enviadas.

8.9. Na aplicação das sanções serão considerados:

8.9.1. a natureza e a gravidade da infração cometida;

8.9.2. as peculiaridades do caso concreto;

8.9.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

8.9.4. os danos que dela provierem para o Contratante; e

8.9.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

8.10. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei.

8.11. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Termo de Referência ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.

8.12. O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal.

8.12.1. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

8.13. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.14. Os débitos do Contratado para com a Administração Contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o Contratado possua com o mesmo órgão ora Contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022.

## **9. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E REGIME DE EXECUÇÃO**

### **Forma de seleção e critério de julgamento da proposta**

*9.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com REGISTRO DE PREÇOS, com adoção do critério de julgamento pelo MENOR PREÇO OU MAIOR DESCONTO.*

### **Regime de Execução**

*9.3. O regime de execução do objeto será de serviços continuados, sem m*

ao de obra e dedicação exclusiva.

### **Critérios de aceitabilidade de preços**

9.4. Em se tratando de contratação para registro de preços, caso adotado o critério de julgamento de menor preço ou de maior desconto por grupo de itens, o critério de aceitabilidade de preços unitários máximos será :

9.71. Valores unitários: conforme planilha de composição de preços anexa ao edital **OU** tabela constante no item 1 e respectivos subitens deste Termo de Referência.

### **Exigências de habilitação**

9.8. Para fins de habilitação, deverá o interessado comprovar os seguintes requisitos:

#### **Habilitação jurídica**

9.12. Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;[A10]

9.14. Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

9.15. Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;

9.19. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

#### **Habilitação fiscal, social e trabalhista**

9.20. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

9.21. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

9.22. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

9.23. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

9.24. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Distrital ou Municipal relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

9.25. Prova de regularidade com a Fazenda Distrital ou Municipal do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;[A12]

9.26. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

#### **Qualificação Econômico-Financeira**

9.29. certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor;

9.30. balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis *dos dois últimos exercícios sociais*, já exigíveis e apresentados na forma da lei, comprovando, índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC), e Solvência Geral (SG) superiores a 1 (um), obtidos por meio da aplicação das seguintes fórmulas[A15] :

LG =

Ativo Circulante + Realizável a Longo Prazo

Passivo Circulante + Passivo Não Circulante

SG =

Ativo Total

Passivo Circulante + Passivo Não Circulante

LC =

Ativo Circulante

Passivo Circulante

9.31. Caso a empresa apresente resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), será exigido, para fins de habilitação, **patrimônio líquido mínimo de 10% do valor total estimado da contratação para o período de doze meses – aplicável para o contrato de serviço continuado.**

9.32. Os indicadores fixados acima deverão ser atingidos em cada um dos dois últimos exercícios sociais, sob pena de inabilitação;

9.33. Os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos;

9.34. Os documentos referidos acima deverão ser exigidos com base no limite definido pela Receita Federal do Brasil para transmissão da Escrituração Contábil Digital - ECD ao Sped.

9.35. O atendimento dos índices econômicos previstos neste termo de referência deverá ser atestado mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, apresentada pelo fornecedor.

9.37. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação/contratação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura.

Qualificação Técnica

9.38. Declaração de que o fornecedor tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da contratação.

9.38.1. Essa declaração poderá ser substituída por declaração formal assinada pelo responsável técnico do interessado acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação.

9.39. Registro ou inscrição da empresa no Departamento de Trânsito(DETRAN) do respectivo estado sede da empresa e/ou na Agência Nacional de Transportes Terrestres(ANTT), para veículos coletivos nesse último caso, em plena validade.

Qualificação Técnico-Operacional

9.41. Comprovação de aptidão para execução de serviço similar, de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior à do objeto desta contratação, ou do item pertinente, por meio da apresentação de certidões ou atestados emitidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou pelo conselho profissional competente, quando for o caso .

9.41.1. Para fins da comprovação de que trata este subitem, os atestados deverão dizer respeito a contrato(s) executado(s) com as seguintes características mínimas:[A25]

9.41.1.1. *contrato(s) que comprove(m) a experiência mínima de 2 (dois) anos do fornecedor na prestação dos serviços, em períodos sucessivos ou não, sendo aceito o somatório de atestados de períodos diferentes;*

9.41.1.2. *Serão admitidos, para fins de comprovação de quantitativo mínimo de serviço, a apresentação e o somatório de diferentes atestados de serviços executados de forma concomitante, pois essa situação equivale, para fins de comprovação de capacidade técnico-operacional, a uma única contratação.*

9.41.1.3. Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor.

9.41.1.4. O fornecedor disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual do Contratante e local em que foram prestados os serviços, entre outros documentos.

9.41.1.5. Os atestados deverão referir-se a serviços prestados no âmbito de sua atividade econômica principal ou secundária especificadas no contrato social vigente.

9.42. *Declaração de que o fornecedor possui ou instalará escritório no município de Maceió, o que deverá ser comprovado no prazo máximo de 60 (sessenta) dias, contado a partir da vigência do contrato.*

9.43. Serão aceitos atestados ou outros documentos hábeis emitidos por entidades estrangeiras quando acompanhados de tradução para o português, salvo se comprovada a inidoneidade da entidade emissora.

9.44. A apresentação, pelo fornecedor, de certidões ou atestados de desempenho anterior emitido em favor de consórcio do qual tenha feito parte será admitida, desde que atendidos os requisitos do art. 67, §§ 10 e 11, da Lei nº 14.133/2021 e regulamentos sobre o tema.

## **Disposições gerais sobre habilitação**

9.49. Quando permitida a participação na licitação/contratação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

9.50. Na hipótese de o fornecedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para assinatura do contrato ou da ata de registro de preços ou do aceite do instrumento equivalente, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

9.51. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

9.52. Se o fornecedor for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o fornecedor for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

9.53. Serão aceitos registros de CNPJ de fornecedor matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

10. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

10.1. O custo estimado total da contratação é de R\$ R\$ 13.973.526,54 (Treze milhões, noventa e setenta e três mil, quinhentos e vinte e seis reais e cinquenta e quatro centavos), conforme tabela do item 1, já incluso a IRP. Sendo o valor fixo anual pretendido pela UFAL de R\$ 868.455,11.

10.4. Em caso de Registro de Preços, os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:

10.4.1. em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos do disposto na alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;

10.4.2. em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;

10.4.3. serão reajustados os preços registrados, respeitada a contagem da anualidade e o índice previsto para a contratação; ou

10.4.4. poderão ser repactuados, a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.

11. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

11.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União, com a devida aprovação da autoridade superior desta universidade e anuência da Progest

11.2. A indicação da dotação orçamentária fica postergada para o momento da assinatura do contrato ou instrumento equivalente.

12. DISPOSIÇÕES FINAIS

12.1. As informações contidas neste Termo de Referência não são classificadas como sigilosas

Maceió, 06 de Maio de 2026.

13. ANEXO I

13. A minuta do contrato será juntada aos autos em momento posterior.

14. ANEXO II

ANEXO II

TERMO DE CIÊNCIA E CONCORDÂNCIA[A1]

Por meio deste instrumento, ..... (identificar o Contratado) declara que está ciente e concorda com as disposições e obrigações previstas no Edital OU Aviso de Contratação Direta, no Termo de Referência e nos demais anexos a que se refere o Pregão/Concorrência/Dispensa Eletrônica nº...../20....., bem como que se responsabiliza, sob as penas da Lei, pela veracidade e legitimidade das informações e documentos apresentados durante o processo de contratação.

Local-UF, ..... de ..... de 20.... .

## 15. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

**FELIPE DA ROCHA PAES**

Membro da comissão de contratação



*Assinou eletronicamente em 06/05/2026 às 14:22:27.*

**ADEILTON JORGE ROCHA SOBRINHO**

Membro da comissão de contratação



## UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS

**Estudo Técnico Preliminar 10/2026****1. Informações Básicas**

Número do processo: 23065.019575/2025-11

**2. Descrição da necessidade**

A presente contratação de locação de veículos revela-se imperativa e de elevado interesse público para a continuidade das atividades da Universidade Federal de Alagoas (UFAL), fundamentando-se nos seguintes pilares:

**Economicidade e Eficiência Administrativa:**

Atualmente, a UFAL dispõe de uma frota própria com idade avançada, o que compromete a disponibilidade dos veículos e impõe um ônus financeiro crescente ao erário. A título de exemplificação da falta de vantajosidade na manutenção do modelo atual, os gastos com serviços de manutenção corretiva e preventiva da frota antiga somaram, apenas no exercício de 2025, o montante de R\$ 865.572,56 (oitocentos e sessenta e cinco mil, quinhentos e setenta e dois reais e cinquenta e seis centavos).

A substituição gradual ou o complemento da frota por meio da locação visa interromper essa curva de gastos ineficientes com veículos que apresentam constantes falhas mecânicas, transferindo para a contratada o risco da disponibilidade e manutenção, o que garante a previsibilidade orçamentária e a redução de custos operacionais indiretos.

**Atendimento à Comunidade Acadêmica e Atividades Finalísticas:**

A logística de transportes da UFAL não é uma atividade isolada, mas o suporte necessário para a execução das funções de ensino, pesquisa e extensão. A contratação atenderá diretamente a comunidade acadêmica em diversas frentes essenciais, tais como:

**Deslocamentos Intercampi:** Garantia de mobilidade entre as diversas unidades da UFAL, assegurando a integração administrativa e acadêmica.

**Apoio a Pesquisas de Campo:** Viabilização de coletas e estudos em locais de difícil acesso, fundamentais para a produção científica da instituição.

**Projetos de Extensão:** Suporte ao deslocamento de estudantes e servidores em ações junto à sociedade alagoana.

**Serviços de Logística e Manutenção:** Atendimento às demandas de infraestrutura e serviços administrativos que garantem o funcionamento cotidiano dos campi.

Portanto, a essencialidade desta contratação reside na impossibilidade de se manter a prestação dos serviços públicos educacionais com a eficiência exigida utilizando-se apenas da frota atual. A locação de veículos apresenta-se como a solução mais célere e econômica para suprir as lacunas logísticas da UFAL, garantindo que o interesse público — materializado no acesso à educação e na produção de conhecimento — não sofra interrupções por falta de mobilidade segura e eficiente.

### 3. Área requisitante

| Área Requisitante                       | Responsável                   |
|---|-------------------------------|
| PRÓ REITORIA DE INFRAESTRUTURA          | FELIPE DA ROCHA PAES          |
| GERÊNCIA DE TRANSPORTES - PROINFRA/UFAL | ADEILTON JORGE ROCHA SOBRINHO |

### 4. Descrição dos Requisitos da Contratação

Os serviços deverão ser prestados por empresas que atendam aos seguintes requisitos:

- Sejam devidamente habilitadas pelos órgãos de controle e fiscalização da atividade;
- Apresentem requisitos de segurança estabelecidos em relação ao transporte de pessoas e bens pertencentes à Universidade Federal de Alagoas (UFAL);
- Cujos parâmetros definidos para o objeto da licitação e para a prestação dos serviços possibilitem obter preço compatível com a finalidade estabelecida;
- Os serviços de locação de veículos serão prestados de forma contínua, pela sua essencialidade, visando atender à necessidade pública de forma permanente e contínua, por mais de um exercício financeiro, assegurando o funcionamento das atividades finalísticas da UFAL, de modo que sua interrupção poderá comprometer a prestação dos serviços públicos ou o cumprimento da missão institucional;
- Os serviços deverão ser prestados dentro dos parâmetros e rotinas estabelecidos, com observância das recomendações aceitas pela melhor técnica e das normas e legislação aplicáveis, para atender às solicitações da UFAL;
- Os veículos locados deverão ter quilometragem livre por veículo. Os veículos locados deverão permanecer nos campi ou unidades administrativas da UFAL a que se destinarem durante o período de vigência do contrato, ficando dessa forma, à disposição da UFAL para locomoção no atendimento das demandas, onde se fizer necessário;
- Os veículos locados deverão ter as despesas com manutenção preditiva, preventiva e corretiva, com licenciamento anual, com seguro total do veículo, e com higienização quinzenal, com lavagem simples ou quando necessária do veículo, sob a responsabilidade da CONTRATADA, isentando a CONTRATANTE de qualquer responsabilidade jurídica ou financeira sobre tais despesas.
- É imprescindível que a cada 24 meses os veículos sejam substituídos por veículos novos ou seminovos, com até 24 meses de uso, com as mesmas especificações técnicas.

### 5. Levantamento de Mercado

Para a prospecção da solução, a Administração realizou consultas a contratações similares em outros órgãos da Administração Pública Federal, verificando que o modelo de **Locação de Veículos** tem sido a metodologia preferencial. Identificou-se que este modelo permite o acesso a tecnologias automotivas mais recentes, com sistemas de telemetria e segurança que seriam de difícil implementação em frota própria obsoleta.

O levantamento identificou que o mercado de locação atual opera com alta eficiência na substituição de ativos, garantindo que a Administração não sofra com a "curva de obsolescência". Diferente da manutenção de frota própria — que na UFAL gerou **300 ocorrências de manutenção em 2025 (tabela em anexo)** — as empresas do setor garantem a disponibilidade integral através da substituição imediata de veículos, uma inovação operacional que elimina o *downtime* (tempo de veículo parado).

O mercado de locação de veículos em Alagoas e na região Nordeste é amplo e diversificado, contando com a presença de grandes *players* nacionais e empresas regionais robustas.

- As especificações técnicas definidas (veículos com até 02 anos de uso (ou 5 anos para ônibus e vans), cor branca e câmbio automático) foram submetidas a uma análise de mercado, constatando-se que são itens de série ou padrões operacionais das locadoras. Portanto, não representam barreira à competitividade, mas sim um alinhamento com a oferta comum do mercado.
- A estimativa de preços e as condições de prestação de serviço foram balizadas por pesquisas em editais recentes e consultas a tabelas de referência, confirmando que a solução proposta (Sistema de Registro de Preços para 87 unidades) atrai um número significativo de licitantes, garantindo a disputa e a obtenção da proposta mais vantajosa.

Após a análise das alternativas (compra x locação), concluiu-se que a locação de veículos é a solução que melhor atende às necessidades da UFAL. Ela une a economia de escala à flexibilidade necessária para atender tanto a demanda fixa (15 veículos iniciais e substituição dos 51 próprios) quanto a demanda sazonal de grandes eventos (Bienal do Livro, Expedições, Festivais), sem a necessidade de imobilização de capital em ativos depreciables, tendo em vista que a manutenção da frota própria custou **R\$ 865.572,56 (Tabela em anexo)** em 2025. Somando-se seguros e a depreciação patrimonial (estimada em R\$ 410 mil/ano), o custo de propriedade supera **R\$ 1,4 milhão anuais**.

## 6. Descrição da solução como um todo

**Definição da Solução:** A solução consiste na **Locação de Veículos de diversas categorias**, com e sem motorista, mediante o Sistema de Registro de Preços (SRP), para atender às necessidades de transporte da Universidade Federal de Alagoas (UFAL). A solução abrange o fornecimento de uma frota de até 87 veículos (entre fixos e sazonais), incluindo utilitários, veículos de passeio, vans e ônibus, destinados ao suporte das atividades administrativas, de ensino, pesquisa e extensão nos *campi* Maceió, Arapiraca, Penedo, Sertão e Viçosa.

**Manutenção e Assistência Técnica:** Diferente do modelo de frota própria, a manutenção (preventiva e corretiva) e a assistência técnica são **ônus exclusivo da contratada**. A solução exige:

- **Disponibilidade Integral:** Garantia de substituição de qualquer veículo em caso de pane, sinistro ou manutenção programada, no prazo máximo de 24 horas, sem custos adicionais para a UFAL.
- **Assistência 24h:** Cobertura de socorro mecânico e guincho em todo o território nacional (ou área de abrangência definida), garantindo a segurança dos servidores e alunos em trânsito.
- **Seguro Total:** Cobertura de Responsabilidade Civil Facultativa de Veículos (RCF-V) para danos materiais e corporais a terceiros e passageiros.

**Justificativa Técnica da Escolha:** A escolha pela locação justifica-se pela **Eficiência Operacional**. O levantamento de dados de 2025 revelou que a frota própria da UFAL gerou **300 ocorrências de manutenção**, resultando em uma perda de **2.100 dias de disponibilidade**. Ao adotar a locação, a UFAL elimina o "tempo de oficina" e garante uma frota sempre moderna (máximo 02 anos de uso), equipada com itens de segurança atualizados e maior eficiência energética, o que reduz o impacto ambiental e aumenta a segurança do transporte institucional.

**Justificativa Econômica da Escolha:** A análise de custo-benefício demonstra a superioridade do modelo de locação frente ao de aquisição (Propriedade):

- **Redução de Custos Diretos:** A manutenção da frota própria custou **R\$ 865.572,56** em 2025. Somando-se seguros e a depreciação patrimonial (estimada em R\$ 410 mil/ano), o custo de propriedade supera **R\$ 1,4 milhão anuais**.
- **Economicidade e Escalabilidade:** A locação permite que a UFAL pague apenas pelo uso efetivo. A estrutura de 87 veículos na Ata de Registro de Preços permite absorver os 15 veículos já locados, substituir gradualmente os 51 veículos próprios obsoletos e atender à sazonalidade de grandes eventos (como a **Bienal Internacional do Livro** e a **Expedição do Rio São Francisco**) sem a necessidade de manter veículos ociosos durante o restante do ano.

**Conclusão:** A solução proposta representa a convergência entre a racionalização dos gastos públicos e a modernização logística da UFAL, assegurando que os recursos orçamentários sejam aplicados na disponibilidade do serviço de transporte e não na gestão deficitária de ativos imobilizados e obsoletos.

## 7. Estimativa das Quantidades a serem Contratadas

| ITEM | ESPECIFICAÇÃO  | CATSER | UNIDADE DE MEDIDA | QUANTIDADE |
|------|--|--------|-------------------|------------|
| 1    | LOCAÇÃO MENSAL de até 12 veículos tipo PICAPE GRANDE /Caminhonete 4x4                | 4014   | UNID              | 12         |
| 2    | LOCAÇÃO MENSAL, de até 6 veículos do tipo PICAPE MÉDIA 4x4                           | 4014   | UNID              | 6          |
| 3    | LOCAÇÃO MENSAL de até 10 Veículos tipo SUV MÉDIO                                     | 4014   | UNID              | 10         |
| 4    | LOCAÇÃO MENSAL, de até 3 SUVs DE GRANDE PORTE  | 4014   | UNID              | 3          |
| 5    | LOCAÇÃO MENSAL de até 3 ÔNIBUS URBANOS   | 4014   | UNID              | 3          |
| 6    | LOCAÇÃO MENSAL de até 7 VANS   | 4014   | UNID              | 7          |
| 7    | LOCAÇÃO MENSAL de até 5 MINIVAN  | 4014   | UNID              | 5          |
| 8    | LOCAÇÃO MENSAL de até 15 Veículos Tipo Leve/Hatch ou Sedan)                          | 4014   | UND               | 15         |
| 9    | LOCAÇÃO SOB DEMANDA POR DIÁRIAS E QUILOMETRAGEM LIVRE, de até 3 SUVs DE GRANDE PORTE | 4014   | UND               | 3          |
| 10   | LOCAÇÃO SOB DEMANDA POR DIÁRIAS E QUILOMETRAGEM LIVRE, de até 3 ÔNIBUS RODOVIÁRIOS   | 4014   | UND               | 3          |
| 11   | LOCAÇÃO SOB DEMANDA POR DIÁRIAS E QUILOMETRAGEM LIVRE, de até 7 VANS                 | 4014   | UND               | 7          |
| 12   | LOCAÇÃO SOB DEMANDA POR QUILOMETRAGEM LIMITADA, de até 3 SUVs DE GRANDE PORTE        | 4014   | UND               | 3          |
| 13   | LOCAÇÃO SOB DEMANDA POR QUILOMETRAGEM LIMITADA, de até 3 ÔNIBUS RODOVIÁRIOS          | 4014   | UND               | 3          |
| 14   | LOCAÇÃO SOB DEMANDA POR QUILOMETRAGEM LIMITADA, de até 7 VANS                        | 4014   | UND               | 7          |

TOTAL: 87 VEÍCULOS

A estimativa de **87 veículos** para o Sistema de Registro de Preços fundamenta-se na soma da capacidade operacional atual com a previsão de demandas sazonais e o cronograma de desfazimento da frota própria, conforme detalhado abaixo:

#### Composição da Demanda Base (66 unidades):

- **Substituição da Frota Própria (51 unidades):** Conforme demonstrado nos relatórios de manutenção, a frota própria de 51 veículos tornou-se economicamente inviável (custo de R\$ 865 mil/ano). O quantitativo visa a substituição gradual dessas unidades à medida que o desfazimento (leilão/baixa) for sendo executado.
- **Manutenção do Contrato Atual (15 unidades):** Refere-se aos veículos já locados que atendem às necessidades fixas da administração e que serão absorvidos por esta nova ata para fins de padronização e economia de escala.

**Dimensionamento para Demandas Sazonais e Eventos (24 unidades em reserva):** A diferença de 21 unidades em relação à frota atual justifica-se pela necessidade de suporte a eventos de grande porte e projetos de extensão de alta relevância acadêmica e social, que geram picos de demanda não suportados pela estrutura fixa. Entre eles destacam-se:

- **Eventos de Grande Porte:** Bienal Internacional do Livro de Alagoas, Festival de Cinema, Festival de Música e grandes congressos acadêmicos.
- **Projetos Estratégicos:** Expedição Científica do Rio São Francisco e ações de campo do Biotério e das Fazendas Experimentais.
- **Sazonalidade Acadêmica:** Períodos de intensificação de aulas de campo e visitas técnicas que ocorrem simultaneamente em diversos campi (Maceió, Arapiraca e Sertão).

**Memória de Cálculo Operacional:** A metodologia aplicada considera que a Ata de Registro de Preços deve contemplar o **teto máximo** de necessidade para o período de 12 meses.

- **Cálculo:** (Frota Própria 51) + (Locação Fixa 15) + (Reserva para Sazonalidade 21) = 87 unidades.

**Vantajosidade do Modelo (SRP):** É imperativo destacar que o quantitativo de 87 unidades representa um **limite superior**. Em obediência ao princípio da economicidade, a UFAL apenas efetuará a contratação (empenho) conforme a necessidade efetiva.

## 8. Estimativa do Valor da Contratação

**Valor (R\$):** 9.235.926,48

A contratação está estimada em até 87 veículos com valor anual global de até **R\$ 9.235.926,48** incluindo a demanda fixa e a sazonal. A demanda fixa será de 15 veículos, sendo 10 de passeio, 3 pick-ups de médio porte 2 e pick-ups de grande porte, totalizando o valor fixo anual de R\$ 868.455,11.

## 9. Justificativa para o Parcelamento ou não da Solução

**Opção pelo Parcelamento por Itens (Categorias):** Em observância à regra geral estabelecida no **Art. 40 da Lei nº 14.133/2021** (que sucede o Art. 23 da Lei nº 8.666/93) e à **Súmula nº 247 do TCU**, a Administração optou pelo **parcelamento do objeto em itens distintos**, agrupados por categorias de veículos (ex: passeio, utilitários, vans, ônibus, etc.).

#### Justificativa Técnica e Econômica:

- **Ampliação da Competitividade:** O parcelamento por itens permite que empresas especializadas em diferentes nichos (ex: locadoras de veículos leves vs. empresas de transporte de passageiros/ônibus) participem do certame, aumentando o universo de competidores e possibilitando a obtenção de preços mais vantajosos para a UFAL.
- **Preservação da Economia de Escala:** Embora o objeto seja parcelado por categorias, optou-se por não fracionar os quantitativos de uma mesma categoria em lotes geográficos ou unidades muito pequenas. Esta decisão visa preservar a economia de escala, atraindo grandes *players* do mercado capazes de oferecer suporte logístico e assistência técnica 24h em todos os *campi* da instituição, o que não seria viável com um fracionamento excessivo.
- **Eficiência Administrativa:** A divisão em itens (e não em dezenas de pequenos contratos) busca o equilíbrio entre a competitividade e a capacidade operacional da Pró-Reitoria de Infraestrutura em fiscalizar o contrato. O gerenciamento de um número excessivo de fornecedores para o mesmo objeto elevaria o custo administrativo e traria riscos de despadronização no atendimento e na manutenção da frota.

**Cotação de Quantidades (Ampliação da Disputa):** Conforme facultado pela legislação, os itens foram dimensionados para permitir a participação de empresas de diferentes portes. No entanto, em razão da natureza do serviço — que exige a substituição imediata de veículos em caso de pane e uma estrutura mínima de manutenção — o Edital fixará quantitativos que garantam a exequibilidade da proposta e a segurança jurídica da contratação, evitando o risco de empresas sem capacidade técnica assumirem itens isolados sem o suporte logístico necessário.

**Conclusão:** Portanto, o modelo adotado promove a ampla competitividade através do parcelamento por categorias de veículos, ao mesmo tempo em que resguarda o interesse público ao garantir a viabilidade econômica e a padronização dos serviços de transporte essenciais à continuidade das atividades da UFAL.

## 10. Contratações Correlatas e/ou Interdependentes

Em conformidade com o **Art. 18, § 1º, inciso X da Lei nº 14.133/2021**, identificam-se as seguintes contratações como correlatas e interdependentes ao objeto deste ETP, as quais devem manter plena sinergia para a eficiência da logística de transportes da instituição:

### Contrato nº 40/2024 (Prestação de Serviços de Motoristas):

- **Relação:** Esta contratação é diretamente interdependente da locação de veículos. Enquanto o presente processo garante a disponibilidade dos ativos (veículos), o Contrato nº 40/2024 provê a força de trabalho qualificada para a condução da frota. A gestão integrada de ambos assegura que a UFAL disponha de motoristas para operar os veículos locados, especialmente nas categorias de veículos pesados (ônibus e caminhões) e apoio administrativo.

### Contrato nº 38/2026 (Abastecimento e Gerenciamento de Manutenção):

- **Relação:** Trata-se de contratação correlata essencial para a mobilidade da frota. O Contrato nº 38/2026 viabiliza o suprimento de combustível necessário para a operação dos veículos registrados na Ata de Locação. Além disso, no período de transição entre o desfazimento da frota própria e a ativação total da frota locada, este contrato garante a manutenção dos veículos remanescentes da UFAL, permitindo uma desmobilização gradual e segura, conforme as novas unidades de locação forem entregues.

A coordenação entre estes três instrumentos (Locação + Motoristas + Abastecimento) é o que permite à UFAL migrar para um modelo de **logística integrada**. A eficiência da locação depende da disponibilidade de condutores e do suprimento de combustível, formando um ecossistema operacional que visa a redução do custo por quilômetro rodado e a maximização da disponibilidade da frota para a comunidade acadêmica.

## 11. Alinhamento entre a Contratação e o Planejamento

**Previsão no Plano de Contratações Anual (PCA):** A presente contratação encontra-se devidamente alinhada ao planejamento estratégico da Universidade Federal de Alagoas (UFAL) e está prevista no **Plano de Contratações Anual (PCA) do exercício de 2026**, sob o código/item [Inserir número do item no PCA, se houver]. A inclusão prévia neste instrumento de planejamento demonstra a maturidade da demanda e a intenção da Administração em otimizar a logística de transportes de forma programada.

**Alinhamento Estratégico e Governança:** A solução de locação de veículos converge com os objetivos institucionais de **eficiência administrativa e racionalização de gastos**, uma vez que:

- **Substituição de Ativos Obsoletos:** Atende à diretriz de desmobilização de ativos de alto custo de manutenção (que geraram despesas de **R\$ 865.572,56 em 2025**) e baixa disponibilidade operacional.
- **Continuidade das Atividades Finalísticas:** Garante o suporte logístico necessário para o cumprimento das metas acadêmicas de ensino, pesquisa e extensão, assegurando que eventos de grande porte (como a **Bienal do Livro** e a **Expedição do Rio São Francisco**) e deslocamentos intercâmbi ocorram sem interrupções por falhas na frota.

**Outros Instrumentos:** A contratação guarda estreita relação com o planejamento das unidades demandantes e com as contratações correlatas de **motoristas (Contrato nº 40/2024)** e **gerenciamento de abastecimento (Contrato nº 38/2026)**. Esse alinhamento garante que a UFAL não apenas registre os preços para os veículos, mas possua a estrutura completa para a efetiva prestação do serviço público de transporte.

**9.4. Justificativa de Relevância:** O planejamento ora apresentado visa a transição para um modelo de "Logística como Serviço", permitindo que a Pró-Reitoria de Infraestrutura (PROINFRA) foque seus esforços na fiscalização e na qualidade dos serviços prestados, em total consonância com as diretrizes de governança pública federal estabelecidas pela **Lei nº 14.133/2021**.

## 12. Benefícios a serem alcançados com a contratação

A migração definitiva do modelo de frota própria para o sistema de locação de veículos, mediante a estratégia de substituição integral do passivo obsoleto, trará os seguintes benefícios à UFAL:

### Benefícios Econômicos e Eficiência Orçamentária:

- **Redução Drástica de Gastos com Manutenção:** O cenário atual revela que a UFAL despendeu **R\$ 865.572,56** em manutenção no exercício de 2025 apenas com os 51 veículos próprios. É alarmante notar que este gasto ocorreu **mesmo com o suporte de 15 veículos já locados**, evidenciando que a frota remanescente atingiu um nível de obsolescência onde o custo de reparo é desproporcional à sua utilidade. A nova contratação visa estancar este déficit.
- **Otimização do Contrato de Gestão de Frota (nº 38/2026):** Com a entrada de veículos novos (máximo 02 anos), os recursos do contrato de gerenciamento de manutenção serão preservados, permitindo que o orçamento seja focado quase exclusivamente no abastecimento, eliminando ordens de serviço de alta complexidade em veículos sucateados.

#### Benefícios Operacionais e Disponibilidade Prática:

- **Recuperação da Capacidade Logística:** A frota própria atual gerou **300 eventos de manutenção** em um ano, o que subtraiu aproximadamente **2.100 dias de disponibilidade** (considerando o tempo médio de reparo no serviço público). Na prática, a UFAL opera com 6 veículos a menos do que o registrado no papel. A locação garante **100% de disponibilidade** através da substituição imediata em caso de pane.
- **Desfazimento Patrimonial Estratégico:** A contratação permitirá o desfazimento paulatino e planejado dos veículos próprios à medida que se tornem inoperantes ou onerosos, convertendo ativos depreciables em "Logística como Serviço" e liberando espaço físico e administrativo nos setores de transporte.

#### Benefícios Institucionais e Sazonalidade:

- **Atendimento Integral à Demanda Reprimida:** O incremento para o teto de 100 veículos em Ata permitirá que a UFAL atenda, sem custos fixos permanentes, a eventos sazonais de grande porte e alta relevância (Ex: **Bienal Internacional do Livro, Expedição do Rio São Francisco e Festivais de Cinema/Música**), utilizando o Sistema de Registro de Preços apenas nos períodos de necessidade efetiva.
- **Segurança e Confiabilidade:** Garantia de transporte seguro para a comunidade acadêmica em deslocamentos intercampi, reduzindo o risco de acidentes e interrupções em rodovias causadas pela fadiga de componentes de veículos antigos.

#### Benefícios Ambientais:

- **Redução da Pegada de Carbono:** Substituição de motores com tecnologia ultrapassada por modelos novos e eficientes, garantindo menor emissão de poluentes e alinhando a instituição às diretrizes de sustentabilidade, mesmo na ausência formal de um Plano de Logística Sustentável (PLS).

## 13. Providências a serem Adotadas

Para garantir a plena eficácia da contratação e a continuidade dos serviços de transporte, a Pró-Reitoria de Infraestrutura adotará as seguintes providências:

#### Plano de Transição e Desmobilização da Frota Própria:

- **Substituição Gradual:** Será estabelecido um cronograma de ativação dos veículos via Ata de Registro de Preços em paralelo com a baixa patrimonial dos 51 veículos próprios obsoletos. A prioridade de substituição será para os veículos com maior custo de manutenção (conforme os dados de 2025).
- **Processo de Leilão:** Continuidade dos procedimentos para alienação/leilão das unidades desmobilizadas, visando a desoneração dos pátios e a geração de receita para a instituição.

#### Gestão de Contratos Interdependentes:

- **Integração com Abastecimento:** Atualização da base de dados do **Contrato nº 38/2026** para inclusão das placas e cartões de abastecimento dos novos veículos locados, garantindo a rastreabilidade e o controle de consumo desde o primeiro dia de operação.

#### 12.3. Fiscalização e Recebimento:

- **Designação de Fiscais:** Publicação de portaria designando os fiscais técnicos e administrativos, conforme a **Lei nº 14.133/2021**, com foco especial na conferência das especificações técnicas (ano de fabricação, itens de segurança e quilometragem inicial).
- **Treinamento de Condutores:** Realização de breve orientação aos motoristas sobre os procedimentos de checklist e acionamento da assistência técnica/seguro da locadora em caso de sinistros ou panes.

#### 12.4. Planejamento Sazonal:

- **Mapeamento de Eventos:** Consolidação do calendário de grandes eventos (Bienal do Livro, Expedições Científicas e Festivais) com antecedência mínima de 30 dias para a emissão das ordens de fornecimento dos veículos sazonais previstos na Ata.

#### 12.5. Monitoramento de Benefícios:

- **Relatório de Economicidade:** Instituição de monitoramento semestral para comparar a redução dos gastos com manutenção em relação ao exercício de 2025, comprovando a eficácia da solução de locação frente ao modelo de frota própria.

### 14. Possíveis Impactos Ambientais

A presente contratação foi planejada sob a ótica da sustentabilidade, buscando minimizar os impactos ambientais negativos e maximizar a eficiência energética da frota da UFAL.

#### Impactos Positivos e Melhoria da Eficiência:

- **Redução de Emissões de Gases Poluentes:** A substituição da frota própria obsoleta (cujos veículos possuem tecnologia de motorização antiga) por veículos novos (máximo 02 anos de uso) garante o cumprimento das normas Proconve mais recentes (como a L7 para leves e P8 para pesados). Isso resulta em uma redução imediata na emissão de CO<sub>2</sub>, material particulado e óxidos de nitrogênio.
- **Economia de Combustível:** Motores modernos apresentam melhor rendimento térmico e menor consumo de combustível por quilômetro rodado. Dado que a UFAL gerencia o abastecimento via **Contrato nº 38/2026**, a frota locada otimizará o uso dos recursos públicos e reduzirá a extração de recursos naturais fósseis.
- **Redução de Resíduos Sólidos:** Veículos antigos geram um volume maior de resíduos (peças substituídas, óleos lubrificantes, pneus) devido às **300 manutenções anuais** registradas em 2025. A frota nova exige menos intervenções e, quando ocorrem, o descarte desses resíduos é de responsabilidade técnica da locadora, que deve observar as normas ambientais vigentes.

#### Medidas Mitigadoras e Diretrizes de Sustentabilidade:

- **Manutenção Preventiva:** O Edital e o TR estabelecem a obrigatoriedade de manutenção periódica por parte da contratada, o que mantém o veículo operando em sua máxima eficiência ambiental.
- **Logística Reversa:** A destinação final de pneus, baterias e óleos utilizados na manutenção da frota locada é responsabilidade das empresas contratadas, devendo ser realizada conforme a Política Nacional de Resíduos Sólidos (Lei nº 12.305/2010).
- **Gestão de Rotas:** Através da integração com o gerenciamento de frota e serviços de motoristas, a UFAL buscará a otimização de rotas para evitar deslocamentos desnecessários, reduzindo a pegada de carbono institucional.

**13.3. Conclusão Ambiental:** Dessa forma, a solução de locação configura-se como uma medida de **Desenvolvimento Nacional Sustentável**, atendendo ao Art. 5º da Lei nº 14.133/2021, pois promove a modernização tecnológica e a redução de impactos negativos inerentes ao transporte rodoviário, mesmo na fase de transição para a elaboração do Plano de Logística Sustentável da Universidade.

### 15. Declaração de Viabilidade

Esta equipe de planejamento declara **viável** esta contratação.

#### 15.1. Justificativa da Viabilidade

Com base no levantamento de dados e nas análises técnicas e econômicas detalhadas ao longo deste Estudo Técnico Preliminar, a equipe técnica **DECLARA A VIABILIDADE** da contratação de serviços de locação de veículos para a Universidade Federal de Alagoas (UFAL), fundamentando-se nos seguintes pontos:

**1. Vantajosidade Econômica e Eficiência Orçamentária:** A transição do modelo de frota própria para o modelo de locação (disponibilidade) revela-se a única solução capaz de estancar o déficit orçamentário gerado pela obsolescência. O custo de manutenção de **R\$ 865.572,56** registrado em 2025 demonstra que manter os 51 veículos próprios é antieconômico, especialmente considerando que este gasto ocorreu mesmo com o suporte de 15 veículos já locados. A locação permitirá a redução progressiva dessas despesas variáveis.

**2. Ganhos de Disponibilidade e Frota Prática:** A solução mitiga o risco de descontinuidade das atividades acadêmicas, recuperando os **2.100 dias de trabalho** perdidos anualmente com veículos em oficina (downtime). A garantia de substituição em 24h assegura que a capacidade operacional seja plena, ao contrário do cenário atual, onde a "frota prática" é significativamente menor que a nominal devido às constantes quebras.

**3. Dimensionamento Estratégico (Ata de 87 Veículos):** O quantitativo de **87 veículos** registrados em Ata foi dimensionado para cobrir a substituição gradual da frota própria (51 unidades), a manutenção dos contratos vigentes (15 unidades) e uma reserva técnica de 21 unidades para atender à demanda sazonal de grandes eventos institucionais (Bienal do Livro, Expedição do Rio São Francisco e festivais). O uso do Sistema de Registro de Preços garante que a UFAL pague apenas pelo uso efetivo, sem imobilização desnecessária de capital.

**4. Sustentabilidade e Segurança:** A contratação promove o desenvolvimento nacional sustentável ao modernizar a logística da UFAL com veículos de menor emissão de poluentes e elevar o padrão de segurança para servidores e estudantes, reduzindo o passivo de veículos sucateados que geram riscos operacionais.

**Conclusão Final:** Diante do exposto, a solução de locação de veículos, limitada ao teto de 87 unidades em Ata, apresenta-se como **técnica e economicamente viável**, configurando-se como a alternativa mais adequada para modernizar a infraestrutura de transportes da UFAL com eficiência e responsabilidade fiscal.

## 16. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

**FELIPE DA ROCHA PAES**

Membro da comissão de contratação

**ADEILTON JORGE ROCHA SOBRINHO**

Membro da comissão de contratação





MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS

Processo Administrativo nº 23065.019575/2025-11

**MINUTA DE CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº XX/2025,  
QUE FAZEM ENTRE SI A UNIÃO, POR INTERMÉDIO DA  
UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS  
E .....**

A União, por intermédio da **UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS** com sede na Avenida Lourival de Melo Mota, s/n, BR 104, Cidade Universitária, CEP 57072-900, na cidade de Maceió/Alagoas, inscrito(a) no CNPJ sob o nº 24.464.109/0001-48, neste ato representado(a) pelo Prof. JOSEALDO TONHOLO, nomeado pelo Decreto de 16 de janeiro de 2020, publicado no DOU de 17 de janeiro de 2020, portador da matrícula funcional nº 1121401, doravante denominado CONTRATANTE, e o(a) **[CONTRATADO]**, inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº **[CNPJ]**, sediado(a) na **[endereço]**, na cidade de **[cidade]**/**[UF]**, doravante designado CONTRATADO, neste ato representado(a) por **[nome e função no CONTRATADO]**, conforme **[atos constitutivos da empresa]** **OU** **[procuração apresentada nos autos]**, tendo em vista o que consta no Processo nº **23065.019575/2025-11** e em observância às disposições da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e demais legislação aplicável, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente do *Pregão de Sistema de Registro de Preços (SRP) nº 90012/2025*, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

**1. CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO**

1.1. O objeto do presente instrumento é a contratação de serviços comuns de **[objeto]**, nas condições estabelecidas no Termo de Referência.

1.2. Objeto da contratação:

| ITEM | ESPECIFICAÇÃO  | CATSER | UNIDADE DE MEDIDA | QUANTIDADE | VALOR UNITÁRIO | VALOR TOTAL |
|------|--|--------|-------------------|------------|----------------|-------------|
| 1    | LOCAÇÃO MENSAL de até 12 veículos tipo PICAPE GRANDE /Caminhonete 4x4, capacidade de carga mínima de 1000 kg, cabine dupla, com capacidade para 5 passageiros, novo ou seminovo com no máximo 02 anos de uso no momento do início do serviço, com direção hidráulica ou elétrica, câmbio AUTOMÁTICO, motorização mínima 2.8, turbo diesel , pintura na cor branca, plotagem nas portas com adesivo do órgão contratante (design a combinar com a contratante), ar condicionado, freios ABS, insulfilme, sensor de estacionamento, sistema de alarme, trio elétrico (vidros, travas e retrovisores), equipamento de | 4014   | UNID              | 12         | R\$ XXX        | R\$ XXX     |

|   |   |      |      |    |          |          |
|---|---|------|------|----|----------|----------|
|   | som AM /FM/MP3, capota marítima, estribos laterais para embarque e desembarque, com quilometragem livre, seguro total com franquia inclusa na composição do valor da mensalidade (cobertura contra incêndio e colisão), bem como contra terceiros (cobertura física e material), e outros encargos necessários à execução dos serviços e assistência técnica de 24hs, manutenção preventiva e corretiva, licenciamentos, reparos, substituição do veículo em caso de qualquer ocorrência, por conta da Contratada, sem ônus adicional para a administração. (Padrão de qualidade dos veículos: Chevrolet S10, VW Amarok, Ford Ranger, Nissan Frontier, Mitsubishi L200, Toyota Hilux, ou de padrão similar)   |      |      |    |          |          |
| 2 | LOCAÇÃO MENSAL, de até 6 veículos do tipo PICAPE MÉDIA 4x4, capacidade de carga de 600 Kg ou superior, motorização mínima 1.6 - flex, cabine dupla, 4 (quatro) portas com capacidade para 5 (cinco) passageiros, com direção hidráulica ou elétrica, câmbio AUTOMÁTICO, ar condicionado, freios ABS, vidros e travas elétricas nas portas dianteiras, sistema de alarme, air-bags dianteiros (motorista e passageiro), sensor de estacionamento, capota marítima, equipamento de som AM/FM /MP3, veículo novo ou seminovo com no máximo 02 anos de uso no momento do início do serviço, insulfilm de acordo com a legislação, pintura sólida na cor branca com adesivo do órgão contratante (modelo a ser enviado pela Contratante), com quilometragem livre, seguro total com franquia inclusa na composição do valor da mensalidade (cobertura contra incêndio e colisão), bem como contra terceiros (cobertura física e material), e outros encargos necessários à execução dos serviços e assistência técnica 24hs, manutenção preventiva e corretiva, reparos, licenciamento, substituição do veículo em caso de qualquer ocorrência, por conta da Contratada, sem ônus adicional para a Contratante. (Padrão de qualidade dos veículos Renault Oroch, Fiat Toro, Chevrolet Montana ou de padrão similar). | 4014 | UNID | 06 | R\$ XXXX | R\$ XXXX |
| 3 | LOCAÇÃO MENSAL de até 10  | 4014 | UNID | 10 | R\$ XXXX | R\$ XXXX |

|   |  |      |      |    |          |          |
|---|--|------|------|----|----------|----------|
|   | Veículos tipo SUV MÉDIO, novo ou seminovo com no máximo 02 anos de uso no momento do início do serviço, motorização mínima 1.0 TURBO, câmbio AUTOMÁTICO, freios ABS, 04 (quatro) portas, capacidade para 5 (cinco) passageiros, ar condicionado, direção hidráulica, air bag duplo, trio elétrico ( vidros, travas e retrovisores), sistema de alarme, som rádio AM/FM, rodas com aro 15, veículo na cor branca, com adesivo do órgão contratante (modelo a ser enviado pela contratante), com quilometragem livre, seguro total com franquia inclusa na composição do valor na diária (cobertura contra incêndio e colisão), bem como contra terceiros (cobertura física e material), e outros encargos necessários à execução dos serviços e assistência técnica de 24hs, manutenção preventiva e corretiva, licenciamentos, reparos, substituição do veículo em caso de qualquer ocorrência, por conta da Contratada, sem ônus adicional para a administração. (Padrão de qualidade dos veículos Chevrolet Tracker, Volkswagen T-Cross, Fiat Pulse, Nissan Kicks, Hyundai Creta, Renault Duster de padrão similar). |      |      |    |          |          |
| 4 | LOCAÇÃO MENSAL, de até 3 SUVs DE GRANDE PORTE, com motorização mínima 2.4 turbodiesel, 4 (quatro) portas, capacidade 5 (cinco) ou 7 (sete) passageiros, com direção hidráulica ou elétrica, câmbio AUTOMÁTICO, ar condicionado, freios ABS, trio elétrico ( vidros, travas e retrovisores), sistema de alarme, Air-bags, sensor de estacionamento, equipamento de som AM /FM/MP3, veículo novo ou seminovo com no máximo 02 anos de uso no momento do início do serviço, insulfilm de acordo com a legislação, pintura sólida na cor branca, com adesivo do órgão contratante (modelo a ser enviado pela Contratante), com quilometragem livre, seguro total com franquia inclusa na composição do valor da mensalidade (cobertura contra incêndio e colisão), bem como contra terceiros (cobertura física e material), e outros encargos necessários à execução dos serviços e assistência técnica 24hs, manutenção preventiva e corretiva, reparos, licenciamento, substituição do veículo em caso de qualquer ocorrência, por conta da  | 4014 | UNID | 03 | R\$ XXXX | R\$ XXXX |

|   |  |      |      |    |          |          |
|---|--|------|------|----|----------|----------|
|   | Contratada, sem ônus adicional para a Contratante. (Padrão de qualidade dos veículos Toyota.   |      |      |    |          |          |
| 5 | <p>LOCAÇÃO MENSAL de até 3 ÔNIBUS URBANOS, novo ou seminovo com no máximo 05 anos de uso no momento do início do serviço, chassi e carroceria integrados, motor dianteiro, mínimo 230 cv, diesel com 6 cilindros, eletrônico, turbinado, direção hidráulica ou elétrica, transmissão mínima de 6 marchas, ar condicionado com duto estendido, entre - eixos máximo de 6.000 mm, PBT mínimo de 17 toneladas, capacidade mínima para 44 passageiros, bancos fixos com cintos de segurança, corrimãos e pegadores, forro em fórmica ou alumínio, dimensões: largura mínima 2.500 mm, comprimento máximo 12.600 mm, janelas com vidros móveis, plataforma para acessibilidade conforme legislação, cortinas no salão, duas portas urbanas (dianteira e intermediária), rádio AM /FM, sensor de ré, tacógrafo digital, poltrona do motorista com amortecimento e ajustes, assoalho antideslizante, com quilometragem livre, sem motorista e sem abastecimento, seguro total com franquia inclusa na composição do valor da mensalidade (cobertura contra incêndio e colisão), bem como contra terceiros (cobertura física e material), e outros encargos necessários à execução dos serviços e assistência técnica 24hs, manutenção preventiva e corretiva, reparos, licenciamento, substituição do veículo em caso de qualquer ocorrência, por conta da Contratada, sem ônus adicional para a Contratante, pintura sólida na cor branca, com adesivo do órgão contratante, modelo a ser enviado pela Contratante, (padrão de referência Gran Midi da</p> | 4014 | UNID | 03 | R\$ XXXX | R\$ XXXX |

|  |                      |  |  |  |  |  |
|--|----------------------|--|--|--|--|--|
|  | Mascarello, similar) |  |  |  |  |  |
|--|----------------------|--|--|--|--|--|

|   |   |      |      |    |          |          |
|---|---|------|------|----|----------|----------|
| 6 | LOCAÇÃO MENSAL de até 7 VANS, do tipo Van /Minibus, motorização mínima de 170 cv, motor 2.0 diesel, teto alto, distância entre eixos de no mínimo 4.325 mm, com freio de estacionamento, tacógrafo, transmissão manual de 6 marchas, tração traseira, freio a disco nas 4 rodas, tanque de combustível com no mínimo 70 litros, com air bag para motorista, trio elétrico (vidros, travas e espelhos retrovisores), bancos reclináveis, cintos de segurança de três pontos, iluminação interna e externa e demais equipamentos obrigatórios, direção elétrica ou hidráulica, ar condicionado original de fábrica, capacidade para 21 lugares, sendo 20 (vinte) passageiros mais o motorista, veículo novo ou seminovo com no máximo 05 anos de uso no momento do início do serviço, pintura sólida na cor branca, com adesivo do órgão contratante (modelo a ser enviado pela Contratante), com quilometragem livre, seguro total com franquia inclusa na composição do valor da mensalidade (cobertura contra incêndio e colisão), bem como contra terceiros (cobertura física e material), e outros encargos necessários à execução dos serviços e assistência técnica 24hs, manutenção preventiva e corretiva, reparos, licenciamento, substituição do veículo em caso de qualquer ocorrência, por conta da Contratada, sem ônus adicional para a Contratante. (Padrão de qualidade dos veículos Mercedes Sprinter, Ford Transit, Iveco Daily Minibus ou de padrão similar), Para atender demandas de fiscalização de contratos administrativos diversos, aulas de campo, pesquisa, extensão, palestras, visitas técnicas e cursos no âmbito da UFAL, em todo o território nacional. | 4014 | UNID | 07 | R\$ XXXX | R\$ XXXX |
| 7 | LOCAÇÃO MENSAL de até 5   | 4014 | UNID | 05 | R\$ XXXX | R\$ XXXX |

|   |   |      |      |    |          |          |
|---|---|------|------|----|----------|----------|
|   | <p>MINIVAN com capacidade para 07 passageiros, novo ou seminovo com no máximo 02 anos de uso no momento do início do serviço, motor de 04 cilindros em linha, com aproximadamente 1.400 cilindradas, flex, câmbio AUTOMÁTICO de 5 marchas a frente e 1 a ré, tração dianteira, ar condicionado, freio a disco nas rodas dianteiras e tambor nas traseiras, rodas com no mínimo 15 polegadas e pintura sólida na cor branca, com adesivo do órgão contratante, (modelo a ser enviado pela Contratante), com quilometragem livre, seguro total com franquia inclusa na composição do valor na diária (cobertura contra incêndio e colisão), bem como contra terceiros (cobertura física e material), e outros encargos necessários à execução dos serviços e assistência técnica de 24hs, manutenção preventiva e corretiva, licenciamentos, reparos, substituição do veículo em caso de qualquer ocorrência, por conta da Contratada, sem ônus adicional para a administração, (padrão de qualidade dos veículos Chevrolet Spin, Chevrolet Tracker, Fiat Doblô ou de padrão similar, Para atender demandas de fiscalização de contratos administrativos diversos, aulas de campo, pesquisa, extensão, palestras, visitas técnicas e cursos no âmbito da UFAL, em todo o território nacional.</p> |      |      |    |          |          |
| 8 | <p>LOCAÇÃO MENSAL de até 15 Veículos Tipo Leve/Hatch ou Sedan) 1. Tipo: Veículo Automotor de Passeio, com no máximo 02 anos de uso no momento do início do serviço. Capacidade: Mínimo de 05 lugares. Motorização: Mínima 1.0 (para áreas urbanas) ou acima de 1.5 (para terrenos irregulares/maior desempenho). Carroceria: 04 ou 05 portas. Combustível: Flex (Álcool/Gasolina)</p>   | 4014 | UNID | 15 | R\$ XXXX | R\$ XXXX |



|                |   |  |      |    |          |          |
|----------------|---|--|------|----|----------|----------|
|                | <p>Direção: Hidráulica ou Elétrica</p> <p>Câmbio: Manual ou Automático</p> <p>2. Equipamentos Obrigatórios de Série</p> <p>Segurança: Freios ABS, Airbag duplo frontal (obrigatório por legislação vigente). Conforto: Ar-condicionado, vidros elétricos (pelo menos dianteiros), travas elétricas, <b>alarme</b>.</p> <p>Rodas/Pneus: Jogo de pneus (inclusive estepe) compatível com o modelo e aro original, calotas ou rodas de liga leve. Uso: Protetor de cárter, tapetes, insulfilme (opcional, conforme demanda). Entrega: Veículo entregue revisado</p> <p>4. Cores e Identificação Cor:</p> <p>Preferencialmente branca (padrão de órgãos públicos) ou cores neutras (prata, cinza, preto).</p> <p>Personalização: Pode ser exigida a adesivagem com a logomarca do órgão, conforme Manual de Identidade Visual da administração.</p> <p>com quilometragem livre, seguro total com franquia inclusa na composição do valor na diária (cobertura contra incêndio e colisão), bem como contra terceiros (cobertura física e material), e outros encargos necessários à execução dos serviços e assistência técnica de 24hs, manutenção preventiva e corretiva, licenciamentos, reparos, substituição do veículo em caso de qualquer ocorrência, por conta da Contratada, sem ônus adicional para a administração.</p> |  |      |    |          |          |
| TOTAL 08 ITENS |   |  | UNID | 49 | R\$ XXXX | R\$ XXXX |

## LOCAÇÃO SOB DEMANDA POR DIÁRIAS E QUILOMETRAGEM LIVRE



| ITEM | DESCRIÇÃO | CATSER | UNIDADE DE MEDIDA | VALOR DA DIÁRIA | QUANTIDADE E DIÁRIAS POR 12 MESES UFAL | VALOR GLOBAL PARA 12 MESES |
|------|-----------|--------|-------------------|-----------------|--|----------------------------|
|------|-----------|--------|-------------------|-----------------|--|----------------------------|

|    |  |      |         |         |     |          |
|----|--|------|---------|---------|-----|----------|
| 9  | LOCAÇÃO SOB DEMANDA POR DIÁRIAS E QUILOMETRAGEM LIVRE, de até 3 SUVs DE GRANDE PORTE, com motorização mínima 2.4 turbodiesel, 4 (quatro) portas, capacidade para 5 (cinco) ou 7 (sete) passageiros, com direção hidráulica ou elétrica, câmbio AUTOMÁTICO, ar condicionado, freios ABS, trio elétrico ( vidros, travas e retrovisores), sistema de alarme, Air-bags, sensor de estacionamento, equipamento de som AM/FM/MP3, veículo novo ou seminovo com no máximo 02 anos de uso no momento do início do serviço, insulfilm de acordo com a legislação, pintura sólida na cor branca, com adesivo do órgão contratante (modelo a ser enviado pela Contratante), com quilometragem livre, seguro total com franquia inclusa na composição do valor da mensalidade (cobertura contra incêndio e colisão), bem como contra terceiros (cobertura física e material), e outros encargos necessários à execução dos serviços e assistência técnica 24hs, manutenção preventiva e corretiva, reparos, licenciamento, substituição do veículo em caso de qualquer ocorrência, por conta da Contratada, sem ônus adicional para a Contratante. (Padrão de qualidade dos veículos Toyota SW4, Mitsubishi Pajero, Chevrolet Trail Blazer, Caoa Chery Tigo 8, Jeep Comander ou de padrão similar), Para atender demandas de fiscalização de contratos administrativos diversos, aulas de campo, pesquisa, extensão, palestras, visitas técnicas e cursos no âmbito da UFAL, em todo o território nacional. | 4014 | DIÁRIAS | R\$ XXX | 144 | R\$ XXXX |
| 10 | LOCAÇÃO SOB DEMANDA POR DIÁRIAS E QUILOMETRAGEM LIVRE, de até 3 ÔNIBUS RODOVIÁRIOS, novo ou seminovo com no máximo 05 anos de uso no momento do início do serviço, tipo  | 4014 | DIÁRIAS | R\$ XXX | 168 | R\$ XXX  |

|    |  |      |         |         |     |         |
|----|--|------|---------|---------|-----|---------|
|    | <p>toco, largura mínima de 2,60 metros; altura mínima de 3,20 metros; comprimento mínimo de 12,30 metros e máximo de 14 metros, potência mínima de 226 CV, sistema de CÂMBIO AUTOMÁTICO, direção hidráulica ou elétrica, tacógrafo digital, suspensão a ar, capacidade para 60 lugares, pintura sólida na cor branca, com adesivo do órgão contratante (modelo a ser enviado pela Contratante), plataforma elevatória veicular automática para acessibilidade, sanitário traseiro completo, parede divisória com porta entre a cabine e salão, poltronas reclináveis, cortinas nas janelas, porta maleiro no salão em ambos os lados, com quilometragem livre, sem motorista e sem abastecimento, seguro total com franquia inclusa na composição do valor da mensalidade (cobertura contra incêndio e colisão), bem como contra terceiros (cobertura física e material), e outros encargos necessários à execução dos serviços e assistência técnica 24hs, manutenção preventiva e corretiva, reparos, licenciamento, substituição do veículo em caso de qualquer ocorrência, por conta da Contratada, sem ônus adicional para a Contratante, (padrão de referência Campione Invictus LD da Comil/Volvo similar). Para atender demandas de aulas de campo, pesquisa, extensão, palestras, visitas técnicas e cursos no âmbito da UFAL, em todo o território nacional.</p> |      |         |         |     |         |
| 11 | <p>LOCAÇÃO SOB DEMANDA POR DIÁRIAS E QUILOMETRAGEM LIVRE, de até 7 VANS, do tipo Van /Minibus, motorização mínima de 170 cv, motor 2.0 diesel, teto alto, distância entre eixos de no mínimo 4.325 mm, com freio de estacionamento, tacógrafo, transmissão manual de 6 marchas,</p>  | 4014 | DIÁRIAS | R\$ XXX | 120 | R\$ XXX |

|  |   |  |  |  |  |  |
|--|---|--|--|--|--|--|
|  | <p>tração traseira, freio a disco nas 4 rodas, tanque de combustível com no mínimo 70 litros, com air bag para motorista, trio elétrico (vidros, travas e espelhos retrovisores), bancos reclináveis, cintos de segurança de três pontos, iluminação interna e externa e demais equipamentos obrigatórios, direção elétrica ou hidráulica, ar condicionado original de fábrica, capacidade para 21 lugares, sendo 20 (vinte) passageiros mais o motorista, veículo novo ou seminovo com no máximo 05 anos de uso no momento do início do serviço, pintura sólida na cor branca, com adesivo do órgão contratante (modelo a ser enviado pela Contratante), com quilometragem livre, seguro total com franquia inclusa na composição do valor da mensalidade (cobertura contra incêndio e colisão), bem como contra terceiros (cobertura física e material), e outros encargos necessários à execução dos serviços e assistência técnica 24hs, manutenção preventiva e corretiva, reparos, licenciamento, substituição do veículo em caso de qualquer ocorrência, por conta da Contratada, sem ônus adicional para a Contratante. (Padrão de qualidade dos veículos Mercedes Sprinter, Ford Transit, Iveco Daily Minibus ou de padrão similar). Para atender demandas de fiscalização de contratos administrativos diversos, aulas de campo, pesquisa, extensão, palestras, visitas técnicas e cursos no âmbito da UFAL, em todo o território nacional.</p> |  |  |  |  |  |
|--|---|--|--|--|--|--|

## LOCAÇÃO SOB DEMANDA POR DIÁRIAS E QUILOMETRAGEM LIMITADA

| ITEM | DESCRIÇÃO | CATSER | UNIDADE DE MEDIDA | KM LIMITADO POR 12 MESES UFAL | VALOR POR KM | VALOR GLOBAL PARA 12 |
|------|-----------|--------|-------------------|-------------------------------|--------------|----------------------|
|------|-----------|--------|-------------------|-------------------------------|--------------|----------------------|

|    |  |      |    |          |         | MESES   |
|----|--|------|----|----------|---------|---------|
| 12 | LOCAÇÃO SOB DEMANDA POR QUILOMETRAGEM LIMITADA, de até 3 SUVs DE GRANDE PORTE, com motorização mínima 2.4 turbodiesel, 4 (quatro) portas, capacidade para 5 (cinco) ou 7 (sete) passageiros, com direção hidráulica ou elétrica, câmbio AUTOMÁTICO, ar condicionado, freios ABS, trio elétrico ( vidros, travas e retrovisores), sistema de alarme, Air-bags, sensor de estacionamento, equipamento de som AM /FM/MP3, veículo novo ou seminovo com no máximo 02 anos de Câmara Nacional de Modelos de Licitações e Contratos da Consultoria-Geral da União Modelo de Termo de Referência para Obras e Serviços, exceto TIC – Licitação e Contratação Direta - Lei nº 14.133, de 2021 Aprovado pela Secretaria de Gestão e Inovação Identidade visual pela Secretaria de Gestão e Inovação Atualização: SET/2025 6 de 24 12 uso no momento do início do serviço, insulfilm de acordo com a legislação, pintura sólida na cor branca, com adesivo do órgão contratante (modelo a ser enviado pela Contratante), com quilometragem livre, seguro total com franquias incluídas na composição do valor da mensalidade (cobertura contra incêndio e colisão), bem como contra terceiros (cobertura física e material), e outros encargos necessários à execução dos serviços e assistência técnica 24hs, manutenção preventiva e corretiva, reparos, licenciamento, substituição do veículo em caso de qualquer ocorrência, por conta da Contratada, sem ônus adicional para a Contratante. (Padrão de qualidade dos veículos Toyota SW4, Mitsubishi Pajero, Chevrolet Trail Blazer, Caoa Chery Tigo 8, Jeep Commander ou de padrão similar). Para atender demandas de | 4014 | KM | 8.760 KM | R\$ XXX | R\$ XXX |

|    |  |      |    |            |         |         |
|----|--|------|----|------------|---------|---------|
|    | fiscalização de contratos administrativos diversos, aulas de campo, pesquisa, extensão, palestras, visitas técnicas e cursos no âmbito da UFAL, em todo o território nacional.   |      |    |            |         |         |
| 13 | LOCAÇÃO SOB DEMANDA POR QUILOMETRAGEM LIMITADA, de até 3 ÔNIBUS RODOVIÁRIOS, novo ou seminovo com no máximo 05 anos de uso no momento do início do serviço, tipo toco, largura mínima de 2,60 metros; altura mínima de 3,20 metros; comprimento mínimo de 12,30 metros e máximo de 14 metros, potência mínima de 226 CV, sistema de CÂMBIO AUTOMÁTICO, direção hidráulica ou elétrica, tacógrafo digital, suspensão a ar, capacidade para 60 lugares, pintura sólida na cor branca, com adesivo do órgão contratante (modelo a ser enviado pela Contratante), plataforma elevatória veicular automática para acessibilidade, sanitário traseiro completo, parede divisória com porta entre a cabine e salão, poltronas reclináveis, cortinas nas janelas, porta maleiro no salão em ambos os lados, com quilometragem livre, sem motorista e sem abastecimento, seguro total com franquia inclusa na composição do valor da mensalidade (cobertura contra incêndio e colisão), bem como contra terceiros (cobertura física e material), e outros encargos necessários à execução dos serviços e assistência técnica 24hs, manutenção preventiva e corretiva, reparos, licenciamento, substituição do veículo em caso de qualquer ocorrência, por conta da Contratada, sem ônus adicional para a Contratante, (padrão de referência Campione Invictus LD da Comil/Volvo similar). Para atender demandas de aulas de campo, pesquisa, extensão, palestras, visitas técnicas e cursos no âmbito | 4014 | KM | 123.360 KM | R\$ XXX | R\$ XXX |

|    |  |      |    |            |         |         |
|----|--|------|----|------------|---------|---------|
|    | da UFAL, em todo o território nacional.  |      |    |            |         |         |
| 14 | <p>LOCAÇÃO SOB DEMANDA POR QUILOMETRAGEM LIMITADA, de até 7 VANS, do tipo Van /Minibus, motorização mínima de 170 cv, motor 2.0 diesel, teto alto, distância entre eixos de no mínimo 4.325 mm, com freio de estacionamento, tacógrafo, transmissão manual de 6 marchas, tração traseira, freio a disco nas 4 rodas, tanque de combustível com no mínimo 70 litros, com air bag para motorista, trio elétrico (vidros, travas e espelhos retrovisores), bancos reclináveis, cintos de segurança de três pontos, iluminação interna e externa e demais equipamentos obrigatórios, direção elétrica ou hidráulica, ar condicionado original de fábrica, capacidade para 21 lugares, sendo 20 (vinte) passageiros mais o motorista, veículo novo ou seminovo com no máximo 02 anos de uso no momento do início do serviço, pintura sólida na cor branca, com adesivo do órgão contratante (modelo a ser enviado pela Contratante), com quilometragem livre, seguro total com franquia inclusa na composição do valor da mensalidade (cobertura contra incêndio e colisão), bem como contra terceiros (cobertura física e material), e outros encargos necessários à execução dos serviços e assistência técnica 24hs, manutenção preventiva e corretiva, reparos, licenciamento, substituição do veículo em caso de qualquer ocorrência, por conta da Contratada, sem ônus adicional para a Contratante. (Padrão de qualidade dos veículos Mercedes Sprinter, Ford Transit, Iveco Daily Minibus ou de padrão similar), Para atender demandas de fiscalização de contratos administrativos diversos, aulas de campo, pesquisa,</p> | 4014 | KM | 167.972 KM | R\$ XXX | R\$ XXX |

|  |  |  |  |  |  |  |
|--|--|--|--|--|--|--|
|  | extensão, palestras, visitas técnicas e cursos no âmbito da UFAL, em todo o território nacional. |  |  |  |  |  |
|--|--|--|--|--|--|--|

| ITEM | ESPECIFICAÇÃO  | CATSER | UNIDADE DE MEDIDA | QUANTIDADE |
|------|--|--------|-------------------|------------|
| 1    | LOCAÇÃO MENSAL de até 12 veículos tipo PICAPE GRANDE /Caminhonete 4x4                | 4014   | UNID              | 12         |
| 2    | LOCAÇÃO MENSAL, de até 6 veículos do tipo PICAPE MÉDIA 4x4                           | 4014   | UNID              | 6          |
| 3    | LOCAÇÃO MENSAL de até 10 Veículos tipo SUV MÉDIO                                     | 4014   | UNID              | 10         |
| 4    | LOCAÇÃO MENSAL, de até 3 SUVs DE GRANDE PORTE  | 4014   | UNID              | 3          |
| 5    | LOCAÇÃO MENSAL de até 3 ÔNIBUS URBANOS   | 4014   | UNID              | 3          |
| 6    | LOCAÇÃO MENSAL de até 7 VANS   | 4014   | UNID              | 7          |
| 7    | LOCAÇÃO MENSAL de até 5 MINIVAN  | 4014   | UNID              | 5          |
| 8    | LOCAÇÃO MENSAL de até 15 Veículos Tipo Leve/Hatch ou Sedan)                          | 4014   | UND               | 15         |
| 9    | LOCAÇÃO SOB DEMANDA POR DIÁRIAS E QUILOMETRAGEM LIVRE, de até 3 SUVs DE GRANDE PORTE | 4014   | UND               | 3          |
| 10   | LOCAÇÃO SOB DEMANDA POR DIÁRIAS E QUILOMETRAGEM LIVRE, de até 3 ÔNIBUS RODOVIÁRIOS   | 4014   | UND               | 3          |
| 11   | LOCAÇÃO SOB DEMANDA POR DIÁRIAS E QUILOMETRAGEM LIVRE, de até 7 VANS                 | 4014   | UND               | 7          |
| 12   | LOCAÇÃO SOB DEMANDA POR QUILOMETRAGEM LIMITADA, de até 3 SUVs DE GRANDE PORTE        | 4014   | UND               | 3          |
| 13   | LOCAÇÃO SOB DEMANDA POR QUILOMETRAGEM LIMITADA, de até 3 ÔNIBUS RODOVIÁRIOS          | 4014   | UND               | 3          |
| 14   | LOCAÇÃO SOB DEMANDA POR QUILOMETRAGEM LIMITADA, de até 7 VANS                        | 4014   | UND               | 7          |

1.3. Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:

- 1.3.1. O Termo de Referência;
- 1.3.2. O Edital da Licitação;
- 1.3.3. A Proposta do CONTRATADO;
- 1.3.4. Eventuais anexos dos documentos supracitados.

## 2. CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

2.1. O prazo de vigência da contratação é de 24 meses contados do dia \_\_\_\_/\_\_\_\_/2026 até o dia \_\_\_\_/\_\_\_\_/2028, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.



2.2. ~~O prazo de vigência será automaticamente prorrogado, independentemente de termo aditivo, quando o objeto não for concluído no período firmado acima, ressalvadas as providências cabíveis no caso de culpa do CONTRATADO, previstas neste instrumento.~~

**OU**

2.3. ~~O prazo de vigência da contratação é de [indicar o prazo] contados do(a) [indicar o termo inicial da vigência], prorrogável sucessivamente por até 10 anos, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133, de 2021.~~

2.4. A prorrogação de que trata este item é condicionada ao ateste, pela autoridade competente, de que as condições e os preços permanecem vantajosos para a Administração, permitida a negociação com o CONTRATADO, atentando, ainda, para o cumprimento dos seguintes requisitos:

- 2.4.1. Estar formalmente demonstrado no processo que a forma de prestação dos serviços tem natureza continuada;
- 2.4.2. Seja juntado relatório que discorra sobre a execução do contrato, com informações de que os serviços tenham sido prestados regularmente;
- 2.4.3. Seja juntada justificativa e motivo, por escrito, de que a Administração mantém interesse na realização do serviço;
- 2.4.4. Haja manifestação expressa do CONTRATADO informando o interesse na prorrogação;
- 2.4.5. Seja comprovado que o CONTRATADO mantém as condições iniciais de habilitação; e
- 2.4.6. Não haja registro no Cadastro Informativo de créditos não quitados do setor público federal (Cadin).

2.5. O CONTRATADO não tem direito subjetivo à prorrogação contratual.

2.6. A prorrogação de contrato deverá ser promovida mediante celebração de termo aditivo.

2.7. Nas eventuais prorrogações contratuais, os custos não renováveis já pagos ou amortizados ao longo do primeiro período de vigência da contratação deverão ser reduzidos ou eliminados como condição para a renovação.

2.8. O contrato não poderá ser prorrogado quando o CONTRATADO tiver sido penalizado nas sanções de declaração de inidoneidade ou impedimento de licitar e contratar com poder público, observadas as abrangências de aplicação.

**OU**

2.9. ~~O prazo de vigência da contratação é de [indicar o prazo – máximo de um ano] contados do(a) [indicar o termo inicial da vigência], improrrogável, na forma do art. 75, VIII, da Lei nº 14.133/2021.~~

### **3. CLÁUSULA TERCEIRA – MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS**

3.1. O regime de execução contratual, os modelos de gestão e de execução, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, observação e recebimento do objeto constam no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

### **4. CLÁUSULA QUARTA – SUBCONTRATAÇÃO**

4.1. As regras sobre a subcontratação do objeto são aquelas estabelecidas no Termo de Referência, anexo a este Contrato

### **5. CLÁUSULA QUINTA – PREÇO**

5.1. O valor mensal da contratação é de R\$ **xxxxxx (xxxxxxxxxx)**, perfazendo o valor total de R\$ **xxxxxx (xxxxxxxxxx)**.

**OU**

5.2. ~~O valor total da contratação é de R\$ **xxxxxx (xxxxxxxxxx)**~~

5.3. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

5.4. O valor acima é meramente estimativo, de forma que os pagamentos devidos ao CONTRATADO dependerão dos quantitativos efetivamente fornecidos.

## **6. CLÁUSULA SEXTA - PAGAMENTO**

6.1. O prazo para pagamento ao CONTRATADO e demais condições a ele referentes encontram-se definidos no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

## **7. CLÁUSULA SÉTIMA - REAJUSTE**

7.1. As regras acerca do reajuste do valor contratual são aquelas definidas no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

## **8. CLÁUSULA OITAVA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE**

8.1. São obrigações do CONTRATANTE:

8.1.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo CONTRATADO, de acordo com o contrato e seus anexos;

8.1.2. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;

8.1.3. Notificar o CONTRATADO, por escrito, sobre vícios, defeitos incorreções, imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas na execução do objeto contratual, fixando prazo para que seja substituído, reparado ou corrigido, total ou parcialmente, às suas expensas, certificando-se de que as soluções por ele propostas sejam as mais adequadas;

8.1.4. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo CONTRATADO;

8.1.5. Comunicar a empresa para emissão de Nota Fiscal relativa à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento, quando houver controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, conforme o art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021;

8.1.6. Efetuar o pagamento ao CONTRATADO do valor correspondente à execução do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato e no Termo de Referência;

8.1.7. Aplicar ao CONTRATADO as sanções previstas na lei e neste Contrato;

8.1.8. Não praticar atos de ingerência na administração do CONTRATADO, tais como:

8.1.8.1. indicar pessoas expressamente nominadas para executar direta ou indiretamente o objeto contratado;

8.1.8.2. fixar salário inferior ao definido em lei ou em ato normativo a ser pago pelo CONTRATADO;

8.1.8.3. estabelecer vínculo de subordinação com funcionário do CONTRATADO;

8.1.8.4. definir forma de pagamento mediante exclusivo reembolso dos salários pagos;

8.1.8.5. demandar a funcionário do CONTRATADO a execução de tarefas fora do escopo do objeto da contratação; e

8.1.8.6. prever exigências que constituam intervenção indevida da Administração na gestão interna do CONTRATADO.

8.1.9. Cientificar o órgão de representação judicial da Advocacia-Geral da União para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo CONTRATADO;

8.1.10. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste;

8.1.10.1. A Administração terá o prazo de *90 (dias)*, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.

8.1.11. Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo CONTRATADO no prazo máximo de *60 (sessenta) dias*;

8.1.12. Notificar os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais;

8.1.13. Comunicar o CONTRATADO na hipótese de posterior alteração do projeto pelo CONTRATANTE, no caso do art. 93, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021.

8.2. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo CONTRATADO com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do CONTRATADO, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

## **9. CLÁUSULA NONA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO**

9.1. O CONTRATADO deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato e de seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

9.2. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor do contrato ou autoridade superior e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;

9.3. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os bens e serviços nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

9.4. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo CONTRATANTE, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos;

9.5. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, o CONTRATADO deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, até o dia trinta do mês seguinte ao da prestação dos serviços, os seguintes documentos:

9.5.1. prova de regularidade relativa à Seguridade Social;

9.5.2. certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União;

9.5.3. certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Municipal ou Distrital do domicílio ou sede do CONTRATADO;

9.5.4. Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e

9.5.5. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT.

9.6. Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pelo contrato, por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias, fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao CONTRATANTE e não poderá onerar o objeto do contrato;

9.7. Comunicar ao Fiscal do contrato tempestivamente, observada a urgência da situação, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução do objeto contratual, não ultrapassando o prazo de 24 (vinte e quatro) horas;

9.8. Paralisar, por determinação do CONTRATANTE, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros;

9.9. Manter, durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação ou para qualificação na contratação direta;

- 9.10. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação;
- 9.11. Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas;
- 9.12. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;
- 9.13. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021;
- 9.14. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do CONTRATANTE;
- 9.15. Alocar os empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas deste contrato, com habilitação e conhecimento adequados;
- 9.16. Prestar os serviços dentro dos parâmetros e rotinas estabelecidos;
- 9.17. Fornecer todos os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, em quantidade, qualidade e tecnologia adequadas, com a observância às recomendações aceitas pela boa técnica, normas e legislação de regência;
- 9.18. Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local de execução do objeto e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina;
- 9.19. Submeter previamente, por escrito, ao CONTRATANTE, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo ou instrumento congênere;
- 9.20. Cumprir as normas de proteção ao trabalho, inclusive aquelas relativas à segurança e à saúde no trabalho;
- 9.21. Não submeter os trabalhadores a condições degradantes de trabalho, jornadas exaustivas, servidão por dívida ou trabalhos forçados;
- 9.22. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesesseis anos de idade, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos de idade, observada a legislação pertinente;
- 9.23. Não submeter o menor de dezoito anos de idade à realização de trabalho noturno e em condições perigosas e insalubres e à realização de atividades constantes na Lista de Piores Formas de Trabalho Infantil, aprovada pelo Decreto nº 6.481, de 12 de junho de 2008;
- 9.24. Receber e dar o tratamento adequado a denúncias de discriminação, violência e assédio no ambiente de trabalho;
- 9.25. Manter preposto aceito pela Administração no local do serviço para representá-lo na execução do contrato;
- 9.25.1. A indicação ou a manutenção do preposto da empresa poderá ser recusada pelo órgão ou entidade, desde que devidamente justificada, devendo a empresa designar outro para o exercício da atividade.
- 9.26. Não contratar, durante a vigência do contrato, cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do CONTRATANTE ou de agente público que tenha desempenhado função na licitação ou que atue na fiscalização ou gestão do contrato, nos termos do artigo 48, parágrafo único, da Lei nº 14.133, de 2021;
- 9.27. Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pelo CONTRATANTE ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do contrato;
- 9.28. Promover a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas, e tudo o que for necessário à execução do objeto, durante a vigência do contrato;
- 9.29. Assegurar aos seus trabalhadores ambiente de trabalho e instalações em condições adequadas ao cumprimento das normas de saúde, segurança e bem-estar no trabalho;



- 9.30. Fornecer equipamentos de proteção individual (EPI) e equipamentos de proteção coletiva (EPC), quando for o caso;
- 9.31. Garantir o acesso do CONTRATANTE, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do contrato;
- 9.32. Promover a organização técnica e administrativa dos serviços, de modo a conduzi-los eficaz e eficientemente, de acordo com os documentos e especificações que integram o Termo de Referência, no prazo determinado;
- 9.33. Instruir seus empregados quanto à necessidade de acatar as normas internas da Administração;
- 9.34. Instruir seus empregados a respeito das atividades a serem desempenhadas, alertando-os a não executar atividades não abrangidas pelo contrato, devendo o CONTRATADO relatar ao CONTRATANTE toda e qualquer ocorrência neste sentido, a fim de evitar desvio de função;
- 9.35. ~~Realizar os serviços de manutenção e assistência técnica no(s) seguinte(s) local(is) ... (inserir endereço(s));~~
- 9.36. ~~O técnico deverá se deslocar ao local da repartição, salvo se o CONTRATADO tiver unidade de prestação de serviços em distância de [...] (inserir distância conforme avaliação técnica) do local demandado.~~
- 9.37. ~~Realizar a transição contratual com transferência de conhecimento, tecnologia e técnicas empregadas, sem perda de informações, podendo exigir, inclusive, a capacitação dos técnicos do CONTRATANTE ou da nova empresa que continuará a execução dos serviços;~~
- 9.38. ~~Ceder ao CONTRATANTE todos os direitos patrimoniais relativos ao objeto contratado, o qual poderá ser livremente utilizado e/ou alterado em outras ocasiões, sem necessidade de nova autorização do CONTRATADO.~~
- 9.38.1. ~~Considerando que o projeto contratado se refere a obra imaterial de caráter tecnológico, insuscetível de privilégio, a cessão dos direitos a que se refere o subitem acima inclui o fornecimento de todos os dados, documentos e elementos de informação pertinentes à tecnologia de concepção, desenvolvimento, fixação em suporte físico de qualquer natureza e aplicação da obra.~~

## 10. CLÁUSULA DÉCIMA- OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LGPD

- 10.1. As partes deverão cumprir a Lei nº 13.709, de 2018 (LGPD), quanto a todos os dados pessoais a que tenham acesso em razão do certame ou do contrato administrativo que eventualmente venha a ser firmado, a partir da apresentação da proposta no procedimento de contratação, independentemente de declaração ou de aceitação expressa.
- 10.2. Os dados obtidos somente poderão ser utilizados para as finalidades que justificaram seu acesso e de acordo com a boa-fé e com os princípios do art. 6º da LGPD.
- 10.3. É vedado o compartilhamento com terceiros dos dados obtidos fora das hipóteses permitidas em Lei.
- 10.4. A Administração deverá ser informada no prazo de 5 (cinco) dias úteis sobre todos os contratos de suboperação firmados ou que venham a ser celebrados pelo CONTRATADO.
- 10.5. Terminado o tratamento dos dados nos termos do art. 15 da LGPD, é dever do CONTRATADO eliminá-los, com exceção das hipóteses do art. 16 da LGPD, incluindo aquelas em que houver necessidade de guarda de documentação para fins de comprovação do cumprimento de obrigações legais ou contratuais e somente enquanto não prescritas essas obrigações.
- 10.6. É dever do CONTRATADO orientar e treinar seus empregados sobre os deveres, requisitos e responsabilidades decorrentes da LGPD.
- 10.7. O CONTRATADO deverá exigir de SUBOPERADORES e SUBCONTRATADOS o cumprimento dos deveres da presente cláusula, permanecendo integralmente responsável por garantir sua observância.
- 10.8. O CONTRATANTE poderá realizar diligência para aferir o cumprimento dessa cláusula, devendo o CONTRATADO atender prontamente eventuais pedidos de comprovação formulados.
- 10.9. O CONTRATADO deverá prestar, no prazo fixado pelo CONTRATANTE, prorrogável justificadamente, quaisquer informações acerca dos dados pessoais para cumprimento da LGPD, inclusive quanto a eventual descarte realizado.

10.10. Bancos de dados formados a partir de contratos administrativos, notadamente aqueles que se proponham a armazenar dados pessoais, devem ser mantidos em ambiente virtual controlado, com registro individual rastreável de tratamentos realizados (LGPD, art. 37), com cada acesso, data, horário e registro da finalidade, para efeito de responsabilização, em caso de eventuais omissões, desvios ou abusos.

10.10.1. Os referidos bancos de dados devem ser desenvolvidos em formato interoperável, a fim de garantir a reutilização desses dados pela Administração nas hipóteses previstas na LGPD.

10.11. O contrato está sujeito a ser alterado nos procedimentos pertinentes ao tratamento de dados pessoais, quando indicado pela autoridade competente, em especial a ANPD por meio de opiniões técnicas ou recomendações, editadas na forma da LGPD.

10.12. Os contratos e convênios de que trata o § 1º do art. 26 da LGPD deverão ser comunicados à autoridade nacional.

## **11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – GARANTIA DE EXECUÇÃO**

11.1. ~~Não haverá exigência de garantia contratual da execução.~~

**OU**

11.2. Será exigida a prestação de garantia na presente contratação, conforme regras constantes do Termo de Referência.

## **12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

12.1. As regras acerca de infrações e sanções administrativas referentes à execução do contrato são aquelas definidas no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

## **13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA EXTINÇÃO CONTRATUAL**

13.1. ~~O contrato será extinto quando cumpridas as obrigações de ambas as partes, ainda que isso ocorra antes do prazo estipulado para tanto.~~

13.2. ~~Se as obrigações não forem cumpridas no prazo estipulado, a vigência ficará prorrogada até a conclusão do objeto, caso em que deverá a Administração providenciar a readaptação do cronograma fixado para o contrato.~~

13.3. ~~Quando a não conclusão do contrato referida no item anterior decorrer de culpa do CONTRATADO:~~

13.3.1. ~~ficará ele constituído em mora, sendo-lhe aplicáveis as respectivas sanções administrativas; e~~

13.3.2. ~~poderá a Administração optar pela extinção do contrato e, nesse caso, adotará as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual~~

**OU**

13.4. ~~O contrato será extinto quando vencido o prazo nele estipulado, independentemente de terem sido cumpridas ou não as obrigações de ambas as partes contraentes.~~

13.5. ~~O contrato poderá ser extinto antes do prazo nele fixado, sem ônus para o CONTRATANTE, mediante justificativa formal de que não dispõe de créditos orçamentários para sua continuidade ou de que o contrato não mais lhe oferece vantagem.~~

13.5.1. ~~Nesse caso, a extinção antecipada ocorrerá na próxima data de aniversário do contrato, garantido um prazo mínimo de dois meses para ciência formal do contratado, devendo ser observada a regra do art. 183 da Lei nº 14.133, de 2021 para a contagem deste prazo.~~

13.6. ~~O contrato poderá ser extinto com fundamento na ausência de créditos orçamentários ou na perda de vantagem contratual antes da data de aniversário, desde que ocorra com ônus para o CONTRATANTE, conforme previsto no art. 138, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021.~~

**OU**

13.7. O contrato será extinto quando vencido o prazo nele estipulado, observado o art. 75, inciso VIII, da Lei n.º 14.133/2021, independentemente de terem sido cumpridas ou não as obrigações de ambas as partes contraentes.

13.8. O contrato poderá ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133, de 2021, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

13.9. Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.

13.10. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

13.11. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

13.12. O termo de extinção, sempre que possível, será precedido:

13.12.1. Do balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

13.12.2. Da relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

13.12.3. Das indenizações e multas.

13.13. A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório.

13.14. O CONTRATANTE poderá ainda:

13.14.1. nos casos de obrigação de pagamento de multa pelo CONTRATADO, reter a garantia prestada a ser executada, conforme legislação que rege a matéria; e

13.14.2. nos casos em que houver necessidade de ressarcimento de prejuízos causados à Administração, nos termos do inciso IV do art. 139 da Lei n.º 14.133, de 2021, reter os eventuais créditos existentes em favor do CONTRATADO decorrentes do contrato.

13.15. O contrato poderá ser extinto caso se constate que o CONTRATADO mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou na contratação direta, ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau.

#### **14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – ALTERAÇÕES**

14.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

14.2. O CONTRATADO é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

14.3. As supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

14.4. As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do CONTRATANTE, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês.

14.5. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

#### **15. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

15.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União deste exercício, na dotação abaixo discriminada:

I) Gestão/unidade: [...];

II) Fonte de recursos: [...];

- III) Programa de trabalho: [...];
- IV) Elemento de despesa: [...]; e
- V) Plano interno: [...]; e
- VI) Nota de empenho: [...];

15.2. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

## **16. CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DOS CASOS OMISSOS**

16.1. Os casos omissos serão decididos pelo CONTRATANTE, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

## **17. CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – PUBLICAÇÃO**

17.1. Incumbirá ao CONTRATANTE divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei 14.133, de 2021, bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 91, *caput*, da Lei n.º 14.133, de 2021, e ao art. 8º, §2º, da Lei n. 12.527, de 2011, c/c art. 7º, §3º, inciso V, do Decreto n. 7.724, de 2012.

## **18. CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – FORO**

18.1. Fica eleito o Foro da Justiça Federal em Maceió, Seção Judiciária do Estado de Alagoas para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021.

Maceió/AL, [dia] de [mês] de 2026.

Prof. Josealdo Tonholo  
UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS  
CONTRATANTE

Representante legal  
CONTRATADA

TESTEMUNHAS:

1-

2-



**MODELO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**  
**Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021**



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS**

Processo Administrativo nº 23065.019575/2025-11  
Ata de Registro de Preços nº **XX/XXXX**

A Universidade Federal de Alagoas, com sede no Campus A.C. Simões Avenida Lourival Melo Mota, na cidade de Maceió -AL, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 24.464.109/0001-48, neste ato representada reitor Josealdo Tonholo, nomeado pelo Decreto de 16 de janeiro de 2020, publicado no DOU de 17 de janeiro de 2020, portador da matrícula funcional nº 1121401, considerando o julgamento da licitação na modalidade de pregão, na forma eletrônica, para REGISTRO DE PREÇOS nº 90025/2024, publicada no DOU de (...), processo administrativo n.º 23065.019575/2025-11, RESOLVE registrar os preços da(s) empresa(s) indicada(s) e qualificada(s) nesta ATA, de acordo com a classificação por ela(s) alcançada(s) e na(s) quantidade(s) cotada(s), atendendo as condições previstas no Edital de licitação ~~OU Aviso de Contratação Direta~~, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, no Decreto n.º 11.462, de 31 de março de 2023, e em conformidade com as disposições a seguir

JUSTIFICATIVA: NÃO SE APLICA

**1. DO OBJETO**

1.1. A presente Ata tem por objeto o registro de preços para a eventual contratação de Contratação de serviços de locação de veículos, **através de Pregão de Sistema de Registro de Preços (SRP)**, especificado(s) no(s) item(ns) **XX** do Termo de Referência, anexo **XX** do **[edital de licitação]** ~~OU [aviso de contratação direta]~~ n.º **xxxx/xxxx**, que é parte integrante desta Ata, assim como as propostas cujos preços tenham sido registrados, independentemente de transcrição.

JUSTIFICATIVA: NÃO SE APLICA

**2. DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS**

2.1. O preço registrado, as especificações do objeto, as quantidades mínimas e máximas de cada item, fornecedor(es) e as demais condições ofertadas na(s) proposta(s) são as que seguem:

| Item do TR | Fornecedor <b>[razão social, CNPJ/MF, endereço, contatos, representante]</b> |  |   |         |                   |                   |                |                            |
|------------|--|--|---|---------|-------------------|-------------------|----------------|----------------------------|
| X          | Especificação  | Marca<br><i>(se exigida no edital)</i> | Modelo<br><i>(se exigido no edital)</i> | Unidade | Quantidade Máxima | Quantidade Mínima | Valor Unitário | Prazo garantia ou validade |

\_\_\_\_\_

2.2. A listagem do cadastro de reserva referente ao presente registro de preços consta como anexo a esta Ata.

### 3. ÓRGÃO(S) GERENCIADOR E PARTICIPANTE(S)

3.1. O órgão gerenciador será a **UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS -UFAL**

3.2. ~~Além do gerenciador, não há órgãos e entidades públicas participantes do registro de preços.~~

JUSTIFICATIVA: NÃO SE APLICA

**3.3. Além do gerenciador, são órgãos e entidades públicas participantes do registro de preços:**

| Item nº | Órgãos Participantes | Unidade | Quantidade |
|---------|----------------------|---------|------------|
|         |                      |         |            |
|         |                      |         |            |
|         |                      |         |            |

#### 4. DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS *(item obrigatório)*

~~4.1. — Não será admitida a adesão à ata de registro de preços decorrente desta licitação ou desta contratação direta, conforme justificativa apresentada nos estudos técnicos preliminares.~~

JUSTIFICATIVA: NÃO SE APLICA

**OU**

**4.2. Durante a vigência da ata, os órgãos e as entidades da Administração Pública federal, estadual, distrital e municipal que não participaram do procedimento de IRP poderão aderir à ata de registro de preços na condição de não participantes, observados os seguintes requisitos:**

**4.2.1. apresentação de justificativa da vantagem da adesão, inclusive em situações de provável desabastecimento ou descontinuidade de serviço público;**

4.2.2. demonstração de que os valores registrados estão compatíveis com os valores praticados pelo mercado na forma do art. 23 da Lei nº 14.133, de 2021; e

**4.2.3. consulta e aceitação prévias do órgão ou da entidade gerenciadora e do fornecedor.**

**4.3. A autorização do órgão ou entidade gerenciadora apenas será realizada após a aceitação da adesão pelo fornecedor.**

**4.3.1. O órgão ou entidade gerenciadora poderá rejeitar adesões caso elas possam acarretar prejuízo à execução de seus próprios contratos ou à sua capacidade de gerenciamento.**

**4.4. Após a autorização do órgão ou da entidade gerenciadora, o órgão ou entidade não participante deverá efetivar a aquisição ou a contratação solicitada em até noventa dias, observado o prazo de vigência da ata.**

*4.5. O prazo de que trata o subitem anterior, relativo à efetivação da contratação, poderá ser prorrogado excepcionalmente, mediante solicitação do órgão ou da entidade não participante aceita pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, desde que respeitado o limite temporal de vigência da ata de registro de preços.*

*4.6. O órgão ou a entidade poderá aderir a item da ata de registro de preços da qual seja integrante, na qualidade de não participante, para aqueles itens para os quais não tenha quantitativo registrado, observados os requisitos do item 4.1.*

## **Dos limites para as adesões**

4.7. *As aquisições ou contratações adicionais não poderão exceder, por órgão ou entidade, a cinquenta por cento dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório registrados na ata de registro de preços para o gerenciador e para os participantes.*

4.8. *O quantitativo decorrente das adesões não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o gerenciador e os participantes, independentemente do número de órgãos ou entidades não participantes que aderirem à ata de registro de preços.*

4.9. *Para aquisição emergencial de medicamentos e material de consumo médico-hospitalar por órgãos e entidades da Administração Pública federal, estadual, distrital e municipal, a adesão à ata de registro de preços gerenciada pelo Ministério da Saúde não estará sujeita ao limite previsto no item 4.7.*

4.10. *A adesão à ata de registro de preços por órgãos e entidades da Administração Pública estadual, distrital e municipal poderá ser exigida para fins de transferências voluntárias, não ficando sujeita ao limite de que trata o item 4.7, desde que seja destinada à execução descentralizada de programa ou projeto federal e comprovada a compatibilidade dos preços registrados com os valores praticados no mercado na forma do art. 23 da Lei nº 14.133, de 2021.*

## **Vedação a acréscimo de quantitativos**

4.11. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados na ata de registro de preços.

## **5. VALIDADE, FORMALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E CADASTRO RESERVA**

5.1. A validade da Ata de Registro de Preços será de 1 (um) ano, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no PNCP, *podendo ser prorrogada por igual período, mediante a anuência do fornecedor, desde que comprovado o preço vantajoso.*

5.1.1. Em caso de prorrogação da ata, *[poderá] OU [não poderá]* ser renovado o quantitativo originalmente registrado.

JUSTIFICATIVA: NÃO SE APLICA

5.1.2. O contrato decorrente da ata de registro de preços terá sua vigência estabelecida no próprio instrumento contratual e observará no momento da contratação e a cada exercício financeiro a disponibilidade de créditos orçamentários, bem como a previsão no plano plurianual, quando ultrapassar 1 (um) exercício financeiro.

5.1.3. Na formalização do contrato ou do instrumento substituto deverá haver a indicação da disponibilidade dos créditos orçamentários respectivos.

5.2. A contratação com os fornecedores registrados na ata será formalizada pelo órgão ou pela entidade interessada por intermédio de instrumento contratual, emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento hábil, conforme o art. 95 da Lei nº 14.133, de 2021.

5.2.1. O instrumento contratual de que trata o item 5.2. deverá ser assinado no prazo de validade da ata de registro de preços.

5.3. Os contratos decorrentes do sistema de registro de preços poderão ser alterados, observado o art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

5.4. Após a homologação da licitação ou da contratação direta, deverão ser observadas as seguintes condições para formalização da ata de registro de preços:

**5.4.1.** Serão registrados na ata os preços e os quantitativos do adjudicatário, devendo ser observada a possibilidade de o licitante oferecer ou não proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto no **[edital]** ~~OU [aviso de contratação direta]~~ e se obrigar nos limites dela;

JUSTIFICATIVA: NÃO SE APLICA

**5.4.2.** Será incluído na ata, na forma de anexo, o registro dos licitantes ou dos fornecedores que:

5.4.2.1. Aceitarem cotar os bens, as obras ou os serviços com preços iguais aos do adjudicatário, observada a classificação da licitação; e

5.4.2.2. Mantiverem sua proposta original.

**5.4.3.** Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou dos fornecedores registrados na ata.

5.5. O registro a que se refere o item 5.4.2 tem por objetivo a formação de cadastro de reserva para o caso de impossibilidade de atendimento pelo signatário da ata.

5.6. Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem reduzir suas propostas para o preço do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.

5.7. A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva a que se refere o item 5.4.2.2 somente será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:

**5.7.1.** Quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no **[edital]** ~~OU [aviso de contratação direta]~~; e

**5.7.2.** Quando houver o cancelamento do registro do licitante ou do registro de preços nas hipóteses previstas no item 9.

5.8. O preço registrado com indicação dos licitantes e fornecedores será divulgado no PNCP e ficará disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.

5.9. Após a homologação da licitação ou da contratação direta, o licitante mais bem classificado ou o fornecedor, no caso da contratação direta, será convocado para assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital de licitação ou no aviso de contratação direta, sob pena de decair o direito, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.

**5.9.1.** O prazo de convocação poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação do licitante ou fornecedor convocado, desde que apresentada dentro do prazo, devidamente justificada, e que a justificativa seja aceita pela Administração.

5.10. A ata de registro de preços será assinada por meio de assinatura digital e disponibilizada no Sistema de Registro de Preços.

5.11. Quando o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital ou no aviso de contratação, observando o item 5.7 e subitens, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.

5.12. Na hipótese de nenhum dos licitantes que trata o item 5.4.2.1, aceitar a contratação nos termos do item anterior, a Administração, observados o valor estimado e sua eventual atualização nos termos do **[edital]** ~~OU [aviso de contratação direta]~~, poderá:

**5.12.1.** Convocar para negociação os demais licitantes ou fornecedores remanescentes cujos preços foram registrados sem redução, observada a ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou

**5.12.2.** Adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes ou fornecedores remanescentes, atendida a ordem classificatória, quando frustrada a negociação de melhor condição.

5.13. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

## **6. ALTERAÇÃO OU ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS**

6.1. Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:

**6.1.1.** Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos da alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;

**6.1.2.** Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;

**6.1.3.** Na hipótese de previsão no edital ou no aviso de contratação direta de cláusula de reajustamento ou repactuação sobre os preços registrados, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021.

6.1.3.1. No caso do reajustamento, deverá ser respeitada a contagem da anualidade e o índice previstos para a contratação;

6.1.3.2. No caso da repactuação, poderá ser a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.

## **7. NEGOCIAÇÃO DE PREÇOS REGISTRADOS**

7.1. Na hipótese de o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão ou entidade gerenciadora convocará o fornecedor para negociar a redução do preço registrado.

**7.1.1.** Caso não aceite reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado, o fornecedor será liberado do compromisso assumido quanto ao item registrado, sem aplicação de penalidades administrativas.

**7.1.2.** Na hipótese prevista no item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado e não convocará os licitantes ou fornecedores que tiveram seu registro cancelado.

**7.1.3.** Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção de contratação mais vantajosa.

**7.1.4.** Na hipótese de redução do preço registrado, o gerenciador comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços para que avaliem a conveniência e a oportunidade de diligenciar negociação com vistas à alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.2. Na hipótese de o preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado e o fornecedor não poder cumprir as obrigações estabelecidas na ata, será facultado ao fornecedor requerer ao gerenciador a alteração do preço registrado, mediante comprovação de fato superveniente que supostamente o impossibilite de cumprir o compromisso.

**7.2.1.** Neste caso, o fornecedor encaminhará, juntamente com o pedido de alteração, a documentação comprobatória ou a planilha de custos que demonstre a inviabilidade do preço registrado em relação às condições inicialmente pactuadas.

**7.2.2.** Na hipótese de não comprovação da existência de fato superveniente que inviabilize o preço registrado, o pedido será indeferido pelo órgão ou entidade gerenciadora e o fornecedor deverá cumprir as obrigações estabelecidas na ata, sob pena de cancelamento do seu registro, nos termos do item 9.1, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e na legislação aplicável.

**7.2.3.** Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, nos termos do item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam manter seus preços registrados, observado o disposto no item 5.7.

**7.2.4.** Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, nos termos do item 9.4, e adotará as medidas cabíveis para a obtenção da contratação mais vantajosa.

**7.2.5.** Na hipótese de comprovação da majoração do preço de mercado que inviabilize o preço registrado, conforme previsto no item 7.2 e no item 7.2.1, o órgão ou entidade gerenciadora atualizará o preço registrado, de acordo com a realidade dos valores praticados pelo mercado.

**7.2.6.** O órgão ou entidade gerenciadora comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços sobre a efetiva alteração do preço registrado, para que avaliem a necessidade de alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

## **8. REMANEJAMENTO DAS QUANTIDADES REGISTRADAS NA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

8.1. As quantidades previstas para os itens com preços registrados nas atas de registro de preços poderão ser remanejadas pelo órgão ou entidade gerenciadora entre os órgãos ou as entidades participantes e não participantes do registro de preços.

8.2. O remanejamento somente poderá ser feito:

**8.2.1.** De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade participante; ou

**8.2.2.** De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante.

8.3. O órgão ou entidade gerenciadora que tiver estimado as quantidades que pretende contratar será considerado participante para efeito do remanejamento.

8.4. Na hipótese de remanejamento de órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante, serão observados os limites previstos no art. 32 do Decreto nº 11.462, de 2023.

8.5. Competirá ao órgão ou à entidade gerenciadora autorizar o remanejamento solicitado, com a redução do quantitativo inicialmente informado pelo órgão ou pela entidade participante, desde que haja prévia anuência do órgão ou da entidade que sofrer redução dos quantitativos informados.

8.6. Caso o remanejamento seja feito entre órgãos ou entidades dos Estados, do Distrito Federal ou de Municípios distintos, caberá ao fornecedor beneficiário da ata de registro de preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento decorrente do remanejamento dos itens.

8.7. Na hipótese da compra centralizada, não havendo indicação pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, dos quantitativos dos participantes da compra centralizada, nos termos do item 8.3, a distribuição das quantidades para a execução descentralizada será por meio do remanejamento.

## **9. CANCELAMENTO DO REGISTRO DO LICITANTE VENCEDOR E DOS PREÇOS REGISTRADOS**

9.1. O registro do fornecedor será cancelado pelo gerenciador, quando o fornecedor:

**9.1.1.** Descumprir as condições da ata de registro de preços, sem motivo justificado;

**9.1.2.** Não retirar a nota de empenho, ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa razoável;

**9.1.3.** Não aceitar manter seu preço registrado, na hipótese prevista no artigo 27, § 2º, do Decreto nº 11.462, de 2023; ou

**9.1.4.** Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021.

9.1.4.1. Na hipótese de aplicação de sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021, caso a penalidade aplicada ao fornecedor não ultrapasse o prazo de vigência da ata de registro de preços, poderá o órgão ou a entidade gerenciadora, mediante decisão fundamentada, decidir pela manutenção do registro de preços, vedadas contratações derivadas da ata enquanto perdurarem os efeitos da sanção.

9.2. O cancelamento de registros nas hipóteses previstas no item 9.1 será formalizado por despacho do órgão ou da entidade gerenciadora, garantidos os princípios do contraditório e da ampla defesa.

9.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, o órgão ou a entidade gerenciadora poderá convocar os licitantes que compõem o cadastro de reserva, observada a ordem de classificação.

9.4. O cancelamento dos preços registrados poderá ser realizado pelo gerenciador, em determinada ata de registro de preços, total ou parcialmente, nas seguintes hipóteses, desde que devidamente comprovadas e justificadas:

**9.4.1.** Por razão de interesse público;

**9.4.2.** A pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior; ou

**9.4.3.** Se não houver êxito nas negociações, nas hipóteses em que o preço de mercado tornar - se superior ou inferior ao preço registrado, nos termos dos artigos 26, § 3º e 27, § 4º, ambos do Decreto nº 11.462, de 2023.

## **10. DAS PENALIDADES**

10.1. O descumprimento da Ata de Registro de Preços ensejará aplicação das penalidades estabelecidas no **[*edital*]** ~~OU [aviso de contratação direta]~~. JUSTIFICATIVA: NÃO SE APLICA

**10.1.1.** As sanções também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva no registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente após terem assinado a ata.

10.2. É da competência do gerenciador a aplicação das penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado nesta ata de registro de preço (art. 7º, XIV, do Decreto nº 11.462, de 2023), exceto nas hipóteses em que o descumprimento disser respeito às contratações dos órgãos ou entidade participante, caso no qual caberá ao respectivo órgão participante a aplicação da penalidade (art. 8º, IX, do Decreto nº 11.462, de 2023).



10.3. O órgão ou entidade participante deverá comunicar ao órgão gerenciador qualquer das ocorrências previstas no item 9.1, dada a necessidade de instauração de procedimento para cancelamento do registro do fornecedor.

## 11. CONDIÇÕES GERAIS

11.1. As condições gerais de execução do objeto, tais como os prazos para entrega e recebimento, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Termo de Referência, anexo ao *[edital]* ~~OU [aviso de contratação direta]~~. JUSTIFICATIVA: NÃO SE APLICA

*11.2. No caso de adjudicação por preço global de grupo de itens, só será admitida a contratação de parte de itens do grupo se houver prévia pesquisa de mercado e demonstração de sua vantagem para o órgão ou a entidade.*

Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata foi lavrada em .... (.....) vias de igual teor, que, depois de lida e achada em ordem, vai assinada pelas partes *e encaminhada cópia aos demais órgãos participantes (se houver).*

Local e data

Assinaturas

Representante legal do órgão gerenciador e representante(s) legal(is) do(s) fornecedor(s)  
registrado(s)



## Anexo

### Cadastro Reserva

Seguindo a ordem de classificação, segue relação de fornecedores que aceitaram cotar os itens com preços iguais ao adjudicatário:

| Item do TR | Fornecedor <i>[razão social, CNPJ/MF, endereço, contatos, representante]</i> |  |   |         |                   |                   |                |                            |
|------------|--|--|---|---------|-------------------|-------------------|----------------|----------------------------|
| X          | Especificação  | Marca<br><i>(se exigida no edital)</i> | Modelo<br><i>(se exigido no edital)</i> | Unidade | Quantidade Máxima | Quantidade Mínima | Valor Unitário | Prazo garantia ou validade |
|            |  |  |   |         |                   |                   |                |                            |

Seguindo a ordem de classificação, segue relação de fornecedores que mantiveram sua proposta original:

| Item do TR | Fornecedor <i>[razão social, CNPJ/MF, endereço, contatos, representante]</i> |  |   |         |                   |                   |                |                            |
|------------|--|--|---|---------|-------------------|-------------------|----------------|----------------------------|
| X          | Especificação  | Marca<br><i>(se exigida no edital)</i> | Modelo<br><i>(se exigido no edital)</i> | Unidade | Quantidade Máxima | Quantidade Mínima | Valor Unitário | Prazo garantia ou validade |
|            |  |  |   |         |                   |                   |                |                            |

## **ANEXO III**

### **Regras aplicáveis ao instrumento substitutivo ao contrato**

(Compra com entrega imediata e integral de bens adquiridos, sem previsão de obrigações futuras, inclusive quanto à assistência técnica, independentemente do valor - art. 95, inciso II, da Lei n. 14.133/2021)

#### **1. FORMALIZAÇÃO DA CONTRATAÇÃO**

1.1. O adjudicatário terá o prazo de 3 (três) dias úteis, contado a partir da data de sua convocação, para aceitar o instrumento equivalente ao contrato Nota de Empenho, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas.

1.2. O prazo poderá ser prorrogado, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração.

1.3. O aceite do instrumento equivalente pelo adjudicatário implica no reconhecimento de que:

1.3.1. referido instrumento substitui o termo de contrato, sendo-lhe aplicáveis as disposições da Lei nº 14.133/2021;

1.3.2. o Contratado se vincula à sua proposta e às previsões contidas no Edital, no Termo de Referência e em seus anexos, conforme Termo de Ciência e Concordância (Anexo IV).

#### **2. VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO**

2.1. O prazo de vigência da contratação é aquele estabelecido no Termo de Referência, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.

2.2. O prazo de vigência será automaticamente prorrogado, independentemente de termo aditivo, quando o objeto não for concluído no período firmado acima, ressalvadas as providências cabíveis no caso de culpa do Contratado, previstas neste instrumento.

#### **3. OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE**

3.1. São obrigações do Contratante:

3.1.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o Termo de Referência e seus anexos;

3.1.2. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;

3.1.3. Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos incorreções, imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas na execução do objeto contratual, fixando prazo para que seja substituído, reparado ou corrigido, total ou parcialmente, às

suas despesas, certificando-se de que as soluções por ele propostas sejam as mais adequadas;

3.1.4. Acompanhar e fiscalizar a execução contratual e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;

3.1.5. Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no Termo de Referência e neste Anexo;

3.1.6. Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e no Termo de Referência;

3.1.7. Cientificar o órgão de representação judicial da Advocacia-Geral da União para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo Contratado;

3.1.8. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução contratual, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.

3.1.9. A Administração terá o prazo de 30 (trinta) dias, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.

3.1.9.1. Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo Contratado no prazo máximo de 30 (trinta) dias.

3.2. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do objeto contratual, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

#### **4. OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO**

4.1. O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes do Termo de Referência e deste Anexo, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

4.1.1. Entregar o objeto acompanhado do manual do usuário, com uma versão em português;

4.1.2. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor;

4.1.3. Comunicar ao Contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que

antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

4.1.4. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor contratuais ou autoridade superior e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;

4.1.5. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal contratual, os bens nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

4.1.6. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo Contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos;

4.1.7. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, o Contratado deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização contratual, junto com a Nota Fiscal para fins de pagamento, os seguintes documentos:

4.1.7.1. prova de regularidade relativa à Seguridade Social;

4.1.7.2. certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União;

4.1.7.3. certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Estadual ou Distrital do domicílio ou sede do Contratado;

4.1.7.4. Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e

4.1.7.5. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;

4.1.8. Responsabilizar-se pelo cumprimento de todas as obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao Contratante e não poderá onerar o objeto da contratação;

4.1.9. Comunicar ao Fiscal, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução do objeto contratual.

4.1.10. Paralisar, por determinação do Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.

4.1.11. Manter durante toda a vigência da contratação, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação ou para qualificação na contratação direta;

4.1.12. Cumprir, durante todo o período de execução contratual, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação;

4.1.13. Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pela fiscalização contratual, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas;

4.1.14. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência da execução do objeto;

4.1.15. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021;

4.1.16. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do Contratante;

4.1.17. Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local de execução do objeto e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina.

4.1.18. Submeter previamente, por escrito, ao Contratante, para análise e provação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo ou instrumento congênere.

## **5. DA EXTINÇÃO CONTRATUAL**

5.1. A contratação será extinta quando cumpridas as obrigações de ambas as partes, ainda que isso ocorra antes do prazo estipulado para tanto.

5.2. Se as obrigações não forem cumpridas no prazo estipulado, a vigência ficará prorrogada até a conclusão do objeto, caso em que deverá a Administração providenciar a readequação do cronograma fixado para a contratação.

5.3. Quando a não conclusão do objeto referida no item anterior decorrer de culpa do Contratado:

5.3.1 ficará ele constituído em mora, sendo-lhe aplicáveis as respectivas sanções administrativas; e

5.3.2. poderá a Administração optar pela extinção contratual e, nesse caso, adotará as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual.

5.4. A contratação poderá ser extinta antes de cumpridas as obrigações nela estipuladas, ou antes do prazo fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133/21, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

5.4.1. Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.

5.4.2. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o objeto.

5.4.2.1. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

5.5. O termo de extinção, sempre que possível, será precedido:

5.5.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

5.5.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

5.5.3. Indenizações e multas.

5.6. A extinção contratual não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório.

5.7. A contratação poderá ser extinta caso se constate que o Contratado mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão contratuais, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau.

## **6. DOS CASOS OMISSOS**

6.1. Os casos omissos serão decididos pelo Contratante, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

## **7. ALTERAÇÕES**

7.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

7.2. O Contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado da contratação.

7.3. As supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

7.4. As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do Contratante, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês.

7.5. Registros que não caracterizam alterações contratuais podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

## **8. FORO**

8.1. Fica definido o Foro Seção Judiciária da Justiça Federal em Maceió para dirimir os litígios que decorrerem da execução contratual que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021.

## **ANEXO IV**

### **TERMO DE CIÊNCIA E CONCORDÂNCIA**

Por meio deste instrumento, ..... (identificar o Contratado) declara que está ciente e concorda com as disposições e obrigações previstas no Edital, no Termo de Referência e nos demais anexos a que se refere o Pregão nº...../20....., bem como que se responsabiliza, sob as penas da Lei, pela veracidade e legitimidade das informações e documentos apresentados durante o processo de contratação.

Local-UF, ..... de ..... de 20....

---

(Nome e Cargo do Representante Legal)